MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Retificado pelo Parecer: CNE/CES 74/2005

INTERESSADA: Sociedade Objetivo de Ensino Superior		**UF:** GO
ASSUNTO: Credenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal, por transformação do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília, com sede na Região Administrativa I, Brasília, Distrito Federal		
RELATOR: Antônio Carlos Caruso Ronca		
PROCESSO Nº: 23000.002731/2003-46		
SAPIEnS Nº: 20031001457		
PARECER CNE/CES Nº: 0020/2005	**COLEGIADO: CES**	**APROVADO EM: 2/2/2005**

I – RELATÓRIO

O processo em epígrafe trata do pedido de credenciamento do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília (Cesubra), como Centro Universitário do Distrito Federal (CEUniDF), com sede em Brasília, no Distrito Federal. A solicitação foi protocolizada, em 31 de março de 2003, nos termos do Decreto 3.860/2001 e da Resolução CNE/CES nº 10/2002.

O pleito foi, inicialmente, submetido à análise da documentação fiscal e parafiscal da entidade mantenedora, devidamente juntada aos autos em atendimento ao que preceitua o art. 20 do Decreto nº 3.860/2001. A Coordenação Geral de Supervisão do Ensino Superior, em 18 de junho de 2003, concluiu pelo atendimento à norma legal aplicável.

O processo foi encaminhado à apreciação da Coordenação de Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional, que, em 09 de julho de 2003, recomendou a continuidade da tramitação do pleito, tendo em vista a adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) às exigências da legislação e aos critérios de coerência e factibilidade.

Em 30 de julho de 2003, a Coordenação Geral de Legislação e Normas do Ensino Superior, após análise dos autos, concluiu que a proposta de estatuto apresentada pela IES atende ao disposto na Lei 9.394/96, e recomendou a continuidade da tramitação do processo.

Com a finalidade de constatar a exatidão das informações prestadas e verificar as condições de funcionamento da Instituição, com vista ao credenciamento pleiteado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior, designou Comissão de Avaliação, constituída pelos professores André Luiz dos Santos Cabral, Fábio José Garcia dos Reis e Marcos Prado Albuquerque. Os trabalhos de verificação ocorreram no período de 8 a 10 de dezembro de 2003. A Comissão de Avaliação que atribuiu o conceito "CR" às dimensões Organização Institucional e Corpo Docente e o conceito "CB" à dimensão Instalações, manifestou-se desfavoravelmente ao pleito.

Em 8 de janeiro de 2004, a IES encaminhou ao Departamento de Avaliação do Ensino Superior do Inep documentação contendo esclarecimentos sobre algumas deficiências apontadas no relatório da Comissão de Avaliação, que, em seu entendimento, resultaram de falha de interpretação das condições verificadas.

Instada pela Direção do Inep a manifestar-se sobre o Documento apresentado pela IES, a Comissão de Avaliação ratificou no segundo relatório, as observações, os conceitos e a recomendação registrados no primeiro relatório, por entender que não incorreu em equívocos

na interpretação dos dados fornecidos pela IES e por ela verificados, nem quanto à aplicação da legislação.

Devidamente instruído com a manifestação da Comissão de Avaliação, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) elaborou o Relatório Sesu/Desup/Cosup nº 1.544/2004, e encaminhou o processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação(CNE/CES), com indicação desfavorável ao credenciamento do CEUniDF.

Designado, por sorteio, como relator do presente processo, ao apreciar o conjunto de informações constantes do mesmo e considerando o intervalo de tempo decorrido entre a visita da Comissão designada pelo Inep e o envio do Processo para deliberação deste Conselho, solicitei à Instituição, para formar meu entendimento sobre o pleito, por meio de Despacho Interlocutório, em 22 de novembro de 2004, a atualização das informações que constam do Formulário de Avaliação Institucional, em particular daquelas que mereceram reparo da Comissão Avaliadora.

No dia 08 de dezembro de 2004, a IES apresentou um documento de atualização das informações do Cesubra, estruturado a partir dos aspectos considerados insatisfatórios pela Comissão de Avaliação do Inep. Ressaltou que os argumentos utilizados pela Comissão de Avaliação para sustentar sua indicação contrária foram demovidos, sendo forçosa a conclusão de que na atualidade não há óbice legal ou requisito de mérito não atendido que impeça a Instituição de ser credenciada na categoria de centro universitário. Por fim, requereu que o Conselho Nacional de Educação ao ajuizar seu parecer deliberativo considere os argumentos apresentados e os ratifique, consignando ao processo de credenciamento do Centro Universitário do Distrito Federal o pleno atendimento aos requisitos basilares elencados no art. 8º da Resolução CNE/CES 10/2002.

Em 15 de dezembro de 2004, acompanhado dos Conselheiros Edson de Oliveira Nunes e Roberto Cláudio Frota Bezerra, realizamos visita ao Cesubra no intuito de constatar as ações empreendidas pela Direção daquela Instituição para superar as deficiências apontadas pela Comissão de Avaliação designada pelo Inep, e descritas no Documento encaminhado a este Relator, em atendimento ao Despacho Interlocutório.

Com base nas evidências colhidas durante a visita, nos dados constantes do processo e, em especial, nos relatórios e documentos que o instruem apresento, nas informações que se seguem, subsídios para análise da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Particularmente, no que se refere às condições de funcionamento da IES apresento as considerações feitas pela Comissão de Avaliação e as atualizações promovidas no decorrer do ano de 2004, conforme documento apresentado pela IES em 8 de dezembro de 2004.

1. DA MANTENEDORA

A Sociedade Objetivo de Ensino Superior (SOES) entidade mantenedora do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília (Cesubra), é pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. Seu estatuto encontra-se registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas daquela comarca, sob o nº 14.834, em 3 de outubro de 1985.

2. DA MANTIDA

A IES foi credenciada pelo Decreto nº 99.022, de 5 de março de 1990, que autorizou o funcionamento do curso de Pedagogia, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas, mantida pela Associação de Ensino Superior de Brasília, com sede em Brasília, no Distrito Federal. O atual Regimento do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília foi aprovado pela Portaria MEC nº 75, de 14 de janeiro de 1999.

2.1 Do Perfil Institucional

Em visita à Instituição, a Comissão do Conselho Nacional de Educação, pode observar uma vocação natural da IES não claramente explicitada nos objetivos do Centro Universitário descritos no PDI.

De fato, a Instituição tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mundo do trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar este objetivo, o Cesubra promove a educação superior integrando a pesquisa e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o auto-conhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica da região.

Conforme pode ser observado pela Comissão do CNE, em dimensão mais específica, a Instituição de Ensino Superior assume como compromisso a capacitação de seus egressos como agentes do processo de inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, particularmente no que se refere aos problemas da comunicação humana. As atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* direcionam-se para a instrumentalização dos egressos, de forma a torná-los aptos a interagirem na sociedade de forma construtiva.

Em 1998, o Cesubra iniciou o funcionamento do curso de graduação em Fonoaudiologia, único no Distrito Federal e Entorno, e do curso de Pedagogia, com habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação – também única na região.

A proposta de formação no curso de Fonoaudiologia da IES está focada na promoção e tratamento da comunicação oral e escrita, voz, audição e funções de mastigação, deglutição e respiração. Abrange uma faixa etária bastante ampla que vai desde o recém nascido até a terceira idade. Suas áreas de competência são: a) Saúde: com atendimentos em consultórios, clínicas, ambulatórios públicos, privados e filantrópicos, hospitais, maternidades, *home care*, asilos entre outros; b) Educação: orientando os pais e professores, triando o aluno e prestando consultoria e assessoria à equipe pedagógica; c) Ocupacional: minimizando os riscos ambientais, prevenindo, examinando e desenvolvendo padrões de voz e audição em fábricas, indústrias e escolas; d) Meios de comunicação: aperfeiçoando os padrões da fala, da voz e da expressão nas diferentes modalidades da comunicação; e) Justiça: realizando perícias técnicas e assessorias em casos de ações cíveis e criminais, relacionados com a fonoaudiologia; f) Comunicação empresarial: elaborando e desenvolvendo projetos de comunicação oral (voz, fala, audição); g) Estética: desenvolve e aperfeiçoa padrões da voz, da fala e da face.

No período de 2003 a 2004, os alunos e professores do curso de Fonoaudiologia realizaram, gratuitamente, na Clínica Escola, mais de 20.000 atendimentos.

O curso de Pedagogia desenvolve atividades de laboratório, onde é oferecido o curso básico de Língua Brasileira dos Sinais – Libras. O principal público alvo são os alunos dos cursos de Pedagogia e de Fonoaudiologia, embora esteja aberto a toda comunidade acadêmica. Em 2004, desenvolveu a Semana do Surdo, na qual foram realizados, no intervalo das aulas, diversos shows de alunos surdos, com a participação da comunidade acadêmica. Além disso, devido à habilitação específica, o curso de Pedagogia oferece disciplinas de Fonoaudiologia, que são ministradas por professores da área, com visão multidisciplinar. Por outro lado, os professores do curso de Pedagogia ministram, na Fonoaudiologia, as disciplinas de desenvolvimento da linguagem oral e escrita dos deficientes auditivos.

Os alunos e professores do curso de Pedagogia e Fonoaudiologia participam ativamente de palestras para pais, alunos e professores em escolas públicas, particulares e associações que auxiliam no tratamento de pessoas com necessidades especiais, entre outros, esclarecendo dúvidas sobre alunos com deficiência da fala, audição, dislexia etc, orientando e

esclarecendo quais providências poderiam ser tomadas para sanar dificuldades de aprendizagem em decorrência das referidas deficiências.

No âmbito dos demais cursos de graduação oferecidos pela IES, como Comunicação Social, Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Direito também são desenvolvidas ações que têm como eixo estruturante a busca de soluções complementares para pessoas portadoras de deficiências da fala, audição e outras correlatas. Da mesma forma, ocorre nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial.

O curso de Comunicação Social, implantado em 1999, tem como missão formar profissionais qualificados para o atendimento crescente das demandas de comunicação social do mercado local e regional, bem como de áreas afins, especificamente a publicidade e a propaganda. O curso também busca estimular os alunos a compreenderem as mudanças operadas na sociedade, por meio de uma integração progressiva entre a teoria, a prática e a pesquisa.

O cenário mundial da comunicação social decorre de aceleradas mudanças tecnológicas, que convergiram na oligopolização da mídia, contribuindo para encurtar o processo de transformação de sociedades tradicionais em sociedades de massas. A própria sociedade brasileira foi transformada, num curto espaço de tempo, numa sociedade de massas plenamente configurada, com uma indústria cultural pujante. A homogeneização de gostos produzida pela indústria cultural, no entanto, está cedendo espaço para a hiper-segmentação do público consumidor, trazendo novos desafios aos profissionais da área. Este é o cenário atual no qual o profissional de comunicação social (publicidade e propaganda) vai atuar. Neste convivem televisões a cabo, aparelhos celulares, internet e outros meios, ou seja, conglomerados de mídia, entretenimento e telecomunicações que expressam uma grande concentração de poder e ampliam a influência de seus discursos.

Dentre as diversas competências e habilidades inerentes a esse curso, o domínio da Língua Portuguesa, nos aspectos de leitura, redação e expressão oral, tornou-se predominante. Neste ponto, as interfaces com os cursos de Fonoaudiologia e de Pedagogia são naturais e privilegiadas, pois permitem um conhecimento mais profundo dos processos e das linguagens de concepção, produção e edição de peças ou matérias publicitárias para os meios de comunicação impressos e audiovisuais tradicionais e, ainda, para as novas mídias e veículos de comunicação. Além disso, desenvolve-se uma consciência do processo de inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, devido às atividades realizadas, como a Semana da Voz, promovida pelo Núcleo de Assistência Pedagógica da IES e executada pelo curso de Fonoaudiologia, para toda comunidade do Distrito Federal e Entorno, por meio da mídia local.

Os cursos da área de informática, Ciência da Computação e Sistemas de Informação, além da atuação na Inclusão Digital, por meio de projetos à comunidade em geral, possuem uma interface com o curso de Fonoaudiologia que é traduzida pela aplicabilidade da Tecnologia da Informação (TI) em todas as áreas da Fonoaudiologia. A razão dessa afirmação é o emprego de programas para análise de voz, programas de teste de otoemissões entre outros. Além disso, no curso de Fonoaudiogia da IES há disciplinas de Introdução à Microinformática, capacitando o estudante no uso de computadores. Este estreito relacionamento tem como conseqüência trabalhos de alunos da Informática, orientados pelos professores, tais como Projeto Final de Curso (PFC) e o Programa de Iniciação Científica (PIC), como, por exemplo, o Sistema de Acompanhamento de Pacientes da Fonoaudiologia (Sisfono) desenvolvido por alunos do curso de Sistemas de Informação, como Trabalho de Diplomação (TD) no ano de 2004. Este sistema permitirá uma melhor informatização da Clínica Escola de Fonoaudiologia da IES, proporcionando maior agilidade no atendimento e no acompanhamento de pacientes, por meio de um melhor gerenciamento da fila de espera. Por outro lado, há trabalho de iniciação científica para a elaboração de *software* voltado para a Fonoaudiologia, que irá auxiliar o fonoaudiólogo na terapia, procurando proporcionar maior

diversificação dos materiais que são utilizados por terapeutas e pacientes fonoaudiológicos, objetivando uma terapia mais completa e eficaz.

O curso de Direito realiza diversas atividades, preparando o estudante para interagir no campo da inclusão social. Pode-se destacar, por exemplo, os seminários realizados para esclarecimento da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; da Lei nº 8.213/91 que trata, em seu art. 93, da obrigatoriedade do preenchimento de postos de trabalho por pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência. O estudo da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982, que define a profissão de Fonoaudiólogo, como relacionamento direto com o curso de Fonoaudiologia é também tema de palestras. A Semana da Voz é também uma atividade importante, uma vez que oportuniza ao estudante de Direito o aperfeiçoamento dos padrões da fala, da voz e da expressão nas diferentes modalidades de comunicação.

No âmbito da pós-graduação *lato sensu*, a Especialização em Educação Especial também sinaliza a vocação direcionada da IES. Nesse curso são estudados os fundamentos e pressupostos teóricos da Educação Especial; a legislação brasileira e a Política Nacional da Educação Especial; a metodologia de ensino aplicada ao aluno com dificuldades acentuadas de aprendizagem; a metodologia de ensino aplicada ao aluno com surdez; a metodologia de ensino aplicada ao aluno com deficiência visual; a metodologia de ensino aplicada ao aluno com condutas típicas e outras dificuldades; a metodologia de ensino aplicada ao aluno com altas habilidades/superdotação; a Educação Precoce/Infantil; a Educação Lúdica adaptada à Educação Especial e as novas tecnologias na Educação Especial, dentre outros conteúdos.

Desta maneira, o pretendido Centro Universitário do Distrito Federal (CEUniDF) caracteriza-se como uma Instituição vocacionada para a formação de profissionais capacitados para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade. Sua atuação destaca-se principalmente no campo da comunicação humana, mediante ações integrativas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* oferecidos.

3. ENSINO

3.1 Ensino de Graduação

O Cesubra ministra os seguintes cursos de graduação:

Tabela 1 – Cursos de Graduação ministrados pelo Cesubra

Cursos	Atos de	
	Autorização	Reconhecimento
1. Administração, habilitação: - Administração Geral	Port. MEC 227/98	Port. MEC 2707/03 (3 anos)
2. Arquitetura e Urbanismo	Port. MEC 156/99	
3. Ciência da Computação	Port. MEC 157/99	Port. MEC 1475/03 (4 anos)
4. Ciências Econômicas	Port. MEC 1223/98	Port. MEC 2787/03 (4 anos)
5. Comunicação Social, habilitação: - Publicidade e Propaganda	Port. MEC 154/99	Port. MEC 3692/03 (4 anos)
6. Curso Superior de Tecnologia em Comunicação e Ilustração Digital (Área Profissional: Comunicação)	Port. MEC 947/04	

7. Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Empresarial (Área Profissional: Comunicação)	Port. MEC 1362/04	
8. Curso Superior de Tecnologia em Comunicação para WEB (Área Profissional: Comunicação)	Port. MEC 3343/04	
9. Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (Área Profissional: Comércio)	Port. MEC 3341/04	
10. Curso Superior de Tecnologia em Eventos (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)	Port. MEC 1979/04	
11. Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores (Área Profissional: Informática)	Port. MEC 4087/04	
12. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Empreendimentos (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 4088/04	
13. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Marketing (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 3342/04	
14. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 3340/04	
15. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 82/04	
16. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empreendedora (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 4985/04	
17. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 1980/04	
18. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Mercadológica (Área Profissional: Gestão)	Port. MEC 4086/04	
19. Curso Superior de Tecnologia em Multimídia (Área Profissional: Comunicação)	Port. MEC 3344/04	
20. Curso Superior de Tecnologia em Produção Gráfica Digital (Área Profissional: Design)	Port. MEC 83/04	
21. Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação	Dec. de 14/01/92	Port. MEC 2347/01 (2 anos)
22. Curso Superior de Tecnologia em Turismo Receptivo (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)	Port. MEC 1981/04	
23. Desenho Industrial, habilitação: - Programação Visual	Port. MEC 153/99	
24. Direito	Port. MEC 92/99	Port. MEC 4040/03 (4 anos)
25. Farmácia, habilitação: - Farmacêutico Bioquímico	Dec. de 26/02/92	Port. MEC 2706/03 (3 anos)
26. Fonoaudiologia	Dec. de 14/01/92	Port. MEC 674/03 (4 anos)
27. Pedagogia, habilitação: -Educação de Deficientes da Audiocomunicação	Dec. 99.022/90	Port. MEC 1368/02 (5 anos)
28. Turismo	Port. MEC 948/98	Port. MEC 3693/03 (4 anos)

No Exame Nacional de Cursos, foram obtidos os resultados a seguir especificados:

Tabela 2 – Conceitos atribuídos aos cursos do Cesubra no ENC

Cursos	Anos							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1. Administração	-	-	-	-	-	-	E	E
2. Direito	-	-	-	-	-	-	-	C
3. Economia	-	-	-	-	-	-	C	C
4. Farmácia	-	-	-	-	-	-	E	D
5. Fonoaudiologia	-	-	-	-	-	-	-	D
6. Pedagogia	-	-	-	-	-	A	A	C

Tabela 3 - Distribuição de Autorizações dos Cursos de Graduação do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília, segundo o órgão avaliador/período e os conceitos nas três dimensões.

Órgão Avaliador	**Curso**	**Corpo Docente**	**Organização Institucional**	**Instalações**	**Conceito Final**
SETEC/MEC Set/2003	Gestão de Recursos Humanos	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Set/2003	Gestão de Marketing	B = CB	B= CB	A = CMB	B
SETEC/MEC Set/2003	Gestão de Comércio Exterior	B = CB	B= CB	A = CMB	B
SETEC/MEC Out/2003	Comunicação para WEB	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Out/2003	Comunicação em Multimídia	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Nov/2003	Gestão Empreendedora	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Nov/2003	Gestão Mercadológica	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Nov/2003	Gestão de Empreendimentos Esportivos	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Nov/2003	Gestão de Sistemas de Informação	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Nov/2003	Gerenciamento de Redes de Computadores	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Dez/2003	Comunicação em Ilustração Digital	B = CB	B= CB	A = CMB	B
SETEC/MEC Dez/2003	Produção Gráfica Digital	B = CB	B= CB	A = CMB	B
SETEC/MEC Dez/2003	Comunicação Empresarial	A = CMB	B= CB	A = CMB	A
SETEC/MEC Jun/2004	Turismo Receptivo	C = CR	B= CB	A = CMB	B
SETEC/MEC Jun/2004	Gestão Hospitalar	B = CB	B= CB	A = CMB	B
SETE/MEC Jun/2004	Gestão de Eventos	B = CB	B= CB	A = CMB	B

A Comissão de Avaliação considerou que:

Os cursos apresentam projetos pedagógicos bem estruturados e definem o perfil dos cursos de graduação. Os projetos pedagógicos estão sintonizados com as demandas

do ambiente externo e, de modo geral, diagnosticam as transformações da sociedade e do ensino superior. Os coordenadores de curso e os professores demonstraram conhecimento e capacidade de discussão dos projetos, que são elaborados por meio de reuniões e debates entre o corpo docente e com a participação discente. A implementação é acompanhada pelos coordenadores de cursos.

Considerou que a IES não dispunha de projeto sistematizado e institucionalizado de acompanhamento do corpo docente e do discente. Quando havia dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, os docentes são atendidos pelo coordenador. No curso de Fonoaudiologia, são organizados projetos de aperfeiçoamento da atividade docente. A Comissão destacou que essas iniciativas são fragmentadas e que não existe um setor articulado de acompanhamento docente, tendo ressaltado que um centro universitário se caracteriza pelo suporte e pela assessoria aos docentes, sobretudo no que se refere às metodologias de ensino.

Informou ainda que a IES oferece monitoria para os alunos, mas, embora estejam previstos no PDI, os programas de nivelamento e de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem não estão institucionalizados.

No que se refere ao apoio didático ao corpo docente e acompanhamento pedagógico ao discente, a IES esclareceu que, de fato, no momento da visita, não dispunha de programas sistematizados e institucionalizados de acompanhamento do docente e discente, embora previstos no PDI. No entanto, estas ações vinham sendo executadas no âmbito dos cursos de graduação, como corroborado pela Comissão de Avaliação do INEP. Vale ressaltar que a execução das ações previstas no PDI só deveriam ocorrer após o credenciamento da IES como Centro Universitário.

Mesmo, ainda, sem ter sido credenciada, a IES iniciou a implantação das ações previstas no seu PDI e, no primeiro semestre de 2004, criou e implantou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Assistência aos Docentes e Discentes (NAP), que se encontra sob a responsabilidade da Psicóloga Ana Lea Alves Oliveira (CRP 7348/1ª Região), e cujas iniciativas estão descritas no Anexo 1.

Para os docentes, o NAP tem a finalidade de prestar serviço de assessoramento nas fases de planejamento, execução e avaliação, buscando a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Os professores recebem orientação para a condução de suas disciplinas, sugestões de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de orientação na relação professor-aluno.

Para os discentes, o NAP destina-se a orientação acadêmica no que diz respeito à vida escolar, como desempenho, trabalhos, provas e freqüência, além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a dificuldades de aprendizagem.

Além disso, desde 2000 havia sido implantado, embora não conste no documento enviado à Comissão de Avaliação, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) responsável pelo acompanhamento do discente, visando facilitar as atividades desses na Instituição, com a responsabilidade de esclarecer as oportunidades no que se refere a bolsas, monitorias, programa de iniciação científica, programas de nivelamento e outros. O NAP encontra-se sob a responsabilidade da Pedagoga Maria Cecília Mattos Grisi. Por outro lado, em parceria com as coordenações dos cursos de graduação, o NAE realiza, também, um trabalho de ouvidoria dos discentes, com ampla abrangência de questionamentos das mais diversas naturezas, com a missão de triar e averiguar sua procedência e encaminhar as possíveis soluções.

Uma das medidas também resultantes deste novo cenário foi a institucionalização de um Programa de Nivelamento em Matemática.

A discrepância apresentada entre os conceitos atribuídos aos Cursos do Cesubra no Exame Nacional de Cursos (ENC) e nas Avaliações das Condições de Ensino do MEC pode ser entendida se atentarmos para o objeto da avaliação nos dois casos em tela. No primeiro,

em que se busca aferir o conhecimento adquirido pelo aluno durante o Curso, pelo fato deste não estar necessariamente compromissado com o resultado desta avaliação, não lhe proporcionar motivação para empenhar-se no Exame.
Quanto ao segundo caso, a avaliação por especialistas permite aferir o processo de ensino e aprendizagem em três dimensões bem caracterizadas no instrumento utilizado pelo MEC.

Isto posto, seria injusto e simplista, inferir sobre a qualidade dos cursos de graduação do Cesubra apenas pela ótica do ENC, conferindo-lhe relevância exacerbada.

3.2 Ensino de Pós-Graduação

A Comissão de Avaliação informou que a IES não implementou programas de pós-graduação *lato sensu*, embora previsto, no PDI, a oferta a partir de 2004.

A IES informou que a Comissão de Avaliação a visitou no final de 2003. Nesse momento, não oferecia cursos de pós-graduação, uma vez que a previsão de sua implantação era para 2004, conforme consta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Em cumprimento ao cronograma traçado no seu PDI a Instituição passou a oferecer no ano de 2004 programas de pós-graduação, em nível de especialização. Atualmente, estão em funcionamento os cursos de: Especialização em Educação Especial, com 30 (trinta) alunos matriculados; Especialização em Estatística e Métodos Quantitativos, também com 30 (trinta) alunos, e em fase de implantação o curso de Especialização em Investimento e Análise Financeira, cujas inscrições encontram-se abertas.

4. ATIVIDADES DE EXTENSÃO, PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO E PESQUISA

A Comissão de Avaliação informou que *os projetos de extensão nascem dos cursos de graduação, através das atividades de estágio. A articulação ensino-extensão restringe-se às iniciativas dos cursos, não havendo um projeto institucionalizado. Não há extensão para a comunidade.*

Segundo a IES, a afirmação da Comissão de Avaliação é contraditória. Isto porque, se "*os projetos de extensão nascem dos cursos de graduação, através das atividades de estágio*", não há como se afirmar que não existe "*extensão para a comunidade*". É o caso do curso de Direito, por exemplo, que presta serviços jurídicos à comunidade, por meio do Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) do Cesubra. De igual modo a Clínica Escola do curso de Fonoaudiologia também presta serviços de interesse público. Como destaque, em relação à importância desses projetos e sua interface com a comunidade, em 2004 somente a Clínica Escola de Fonoaudiologia e o Escritório de Assistência Jurídica prestaram serviços a milhares de pessoas carentes.

A Comissão de Avaliação informou que:

A pesquisa estava restrita aos cursos de graduação, mediante trabalhos de conclusão e iniciativas dos docentes não havendo aporte financeiro. Além disso, verificou que no PDI não havia linhas de pesquisas definidas e institucionalizadas.

Segundo a IES, com o objetivo de consolidar a política de pesquisa e iniciação científica, o PDI previa a implantação de um programa específico, na sua vigência. Dessa forma, no início do ano de 2004, formalizaram-se algumas ações nesse sentido. Foi criado e implantado o Programa de Iniciação Científica, que conta com aporte financeiro da Instituição – são bolsas de iniciação científica equivalentes a 50% (cinqüenta por cento) do valor da mensalidade do curso no qual o aluno estiver matriculado; e Programas de Apoio à Pesquisa, cujo objetivo é sistematizar a produção e, também, a divulgação das pesquisas realizadas pelos docentes e discentes da Instituição. Foi criada e lançada a Revista *Cesubra Scientia*,

ISSN 1807-4855, já em sua terceira edição trimestral, para suprir tal objetivo, mediante normas estabelecidas pela Instituição. Nessa sistemática, o Cesubra institucionalizou ainda duas linhas de pesquisa: a) Saúde, Educação e Tecnologia; e, b) Sociedade, Cultura, Justiça e Tecnologia.

5. CORPO DOCENTE

De acordo com o relatório da Comissão de Avaliação*, o corpo docente da IES é constituído por 203 professores, sendo 15 doutores (7,3%), 79 mestres (38,9%), 81 especialistas (39,8%) e 28 graduados (13,7%). Ao analisar a documentação dos professores a Comissão de Avaliação constatou que um terço dos professores não possuíam as comprovações hábeis de titulação de mestre, ainda que considerada como válidas fotocópias sem autenticação. Além disso, havia professores com titulação de doutor obtida no estrangeiro, cuja revalidação encontrava-se, ainda, em andamento. A Comissão de Avaliação recomendou que a IES busque a capacitação dos docentes apenas graduados e que incentive a regularização da documentação comprobatória da titulação dos mestres, bem como a revalidação dos diplomas dos titulados no estrangeiro.*

A Comissão de Avaliação também destacou que a experiência profissional do corpo docente, fora do magistério, é grande e relevante. No entanto, os docentes não possuem experiência no magistério superior, havendo parcela substancial de profissionais com experiência inferior a cinco anos. A formação pedagógica se restringe à participação em semanas pedagógicas, que antecedem ao início de cada semestre. Dessa forma, a Comissão de Avaliação recomendou à Instituição que forneça os meios para garantir a estabilidade do corpo docente, de forma a assegurar que o magistério seja sua ocupação privilegiada, e para promover a formação pedagógica mais aprofundada, alargada e especifica.

Em dezembro de 2004, por meio de documento de atualização elaborado pela IES, a Direção do Cesubra informou que empreendeu grande esforço para modificar o perfil e a qualificação do corpo docente, superando inclusive os indicadores de titulação postulados no Parecer CNE/CES nº 618/99 (90% de doutores, mestres e especialistas e 33% de doutores e mestres). Verificou-se que atualmente há 150 (cento e cinqüenta) professores contratados, sendo 15 (quinze) doutores (10,0%), 58 (cinqüenta e oito) mestres (38,7%), 63 (sessenta e três) especialistas (42,0%) e 14 (quatorze) graduados (9,3%). Dessa forma, o percentual de doutores, mestres e especialistas chega a 90,7% e o percentual de doutores e mestres é de 48,7%.

No que se refere à experiência no magistério superior, a IES informou que, dos 150 (cento e cinqüenta) professores atualmente contratados, 77 (setenta e sete) tem mais de 5 (cinco) anos de experiência docente, o que representa aproximadamente 51,4% do corpo docente. Acrescenta ainda que, do total de 77 (setenta e sete) docentes, 53 (cinqüenta e três) tem experiência profissional no magistério superior de 5 (cinco) a 9 (nove) anos e 24 (vinte e quatro) tem de 10 (dez) anos ou mais. Os professores com tempo acumulado, no exercício do magistério, inferior a 5 (cinco) anos, possuem todos, experiência profissional não acadêmica, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Distribuição do Corpo Docente segundo o Tempo de Experiência no Magistério Superior e o Exercício Profissional Não Acadêmica. Ano 2004.

Tempo de Experiência	Quantidade	Percentual
De 10 anos ou mais no magistério superior.	24	16,0
De 5 a 9 anos no magistério superior.	53	35,3
Sub Total	77	51,4
De 1 a 4 anos no magistério superior, com experiência	56	37,3

profissional não acadêmica de 5 anos ou mais.		
De 1 a 4 anos no magistério superior, com 1 a 4 anos de exercício profissional não acadêmica.	17	11,3
Total	150	100

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

O percentual de 11,3% de docentes com tempo de experiência no magistério e profissional inferior a 5 (cinco) anos, segundo a IES, constitui-se numa margem aceitável, utilizada como mecanismo de seleção para o conjunto de ingressantes na carreira do magistério superior do Cesubra, em período probatório sob supervisão dos coordenadores de cursos, ocasião em que tem a chance de identificar novos talentos para a carreira docente.

Quanto à formação pedagógica, a IES informou que a maioria dos docentes possui formação adequada e coerente com o exercício do magistério, são especialistas, mestres e doutores. Dos 14 (quatorze) professores graduados, 3 (três) são licenciados, portanto, dispõem da formação pedagógica necessária ao desenvolvimento das atividades docentes. Além das semanas pedagógicas, os coordenadores de cursos atuam também como orientadores das ações pedagógicas destes docentes em suas trajetórias de qualificação.

De acordo com o relatório da Comissão de Avaliação, o corpo docente é constituído por 181 (cento e oitenta e um) professores horistas, 10 (dez) em regime parcial e 12 (doze) em regime integral. A Comissão de Avaliação considerou que essa distribuição de regime de trabalho é o maior obstáculo à constituição de um ambiente acadêmico fértil e ao desenvolvimento institucional mais diversificado. Nesse sentido, recomendou que a IES envide esforços para configurar o regime de trabalho de forma mais adequada.

Por meio do documento de atualização elaborado pela IES, foi informado que, para melhorar o perfil do corpo docente existente à época da visita da Comissão de Avaliação, a Direção do Cesubra promoveu mudanças importantes, privilegiando a manutenção daqueles docentes com maior titulação e disponibilidade de vinculação com mais tempo de permanência na IES.

Atualmente, dos 150 (cento e cinqüenta) professores que compõem o corpo docente, 23 (vinte e três) estão contratados com 40 (quarenta) horas ou mais, 60 (sessenta) estão contratados com regime de 12 (doze) até 24 (vinte e quatro) horas e 67 (sessenta e sete) estão contratados com até 12 (doze) horas, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 5a – Distribuição do Corpo Docente segundo a Titulação e o Regime de Trabalho. Outubro de 2004.

Regime de Trabalho	40 horas ou mais		De 12 até 24 horas		Menos de 12 horas		Total	
Titulação	Qdte.	Percentual	Qdte.	Percentual	Qdte.	Percentual	Qdte	Percentual
Doutor	4	2,67%	7	4,67%	4	2,66%	15	10,00%
Mestre	10	6,67%	19	12,67%	29	19,33%	58	38,67%
Especialista	7	4,67%	24	16,00%	32	21,33%	63	42,00%
Graduado	2	1,33%	10	6,67%	2	1,33%	14	9,33%
Total	23	15,34%	60	40,01%	67	44,65%	150	100,00%

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Observa-se que os critérios adotados no Parecer CES/CNE nº 618/99, referente ao regime de trabalho do corpo docente, estão todos atendidos. Vejamos:

Tabela 5b – Comparativo dos indicadores do Parecer CES/CNE nº 618/99

CRITÉRIOS DO PARECER CES/CNE 618/99	**PADRÃO INSTITUIÇÃO (*)**
Corpo docente integrado por, no mínimo, 10% de professores em tempo integral e 40%, em tempo contínuo (12 e 24 horas)	O corpo docente é integrado por 15,3% de professores contratados em regime de tempo integral e 40,01% em tempo contínuo (12 e 24 horas).

Corpo docente integrado por, no mínimo, 20% dos professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades acadêmicas extra classe.	O corpo docente é integrado por 43% de professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades extra-classe.
Previsão de tempo remunerado para a dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos.	A Instituição remunera o tempo docente dedicado ao atendimento de alunos, inclusive de professores horistas.

(*) Padrão estabelecido com base nos dados coletados no Relatório de Avaliação Institucional do INEP.

A IES ressaltou que a grande maioria dos professores tem carga horária destinada à realização das atividades complementares ao ensino e que os indicadores de regime de trabalho postulados no Parecer CES/CNE nº 618/99 (10% de professores em tempo integral e 40%, em tempo contínuo – 12 e 24 horas –, 20% dos professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades acadêmicas extra-classe, previsão de tempo remunerado para a dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos) encontram-se atendidos: são 15,3% de professores contratados em regime de tempo integral e 40,01% em tempo contínuo (12 e 24 horas); 43% de professores com, pelo menos, metade de sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades extra classe, e remuneração de tempo docente, inclusive de professores horistas, dedicado ao atendimento de alunos.

A Comissão de Avaliação relatou que *a IES possui normas disciplinadoras da contratação dos professores, assim como de progressão. A admissão é realizada por meio de entrevistas e análise dos currículos. Os critérios para progressão, no entanto, não são muito divulgados, nem claros para os docentes. A regulamentação da admissão e da progressão é aplicada apenas em parte. De acordo com a Comissão de Avaliação, a IES deverá efetuar uma divulgação ampla das regras de progressão, o que poderá servir de estímulo aos professores.*

A IES informou que dispõe de um Plano de Carreira Docente, que se encontra descrito no PDI apresentado. O documento apresenta a carreira docente da IES, assim como os critérios para seleção e admissão, as normas de progressão funcional por desempenho e por antiguidade, o quadro complementar e suplementar, o regime de trabalho, afastamentos, remuneração e vantagem.

Com o objetivo de divulgar de forma ampla entre os membros do corpo docente as regras do Plano de Carreira Docente, a Instituição incumbiu à Comissão de Avaliação dos Docentes, composta por cinco membros, a realização de eventos para discutir, divulgar e esclarecer as normas do Plano de Carreira. Ressaltou, ainda que ao celebrar o contrato de emprego com a Mantenedora, o docente recebe uma cópia de todas as normas referentes ao funcionamento da Instituição, inclusive do Plano de Carreira.

A Comissão de Avaliação informou que *não há estímulos profissionais previstos, regulamentados e aplicados de modo sistemático. O apoio à participação em eventos não é institucionalizado, mas a IES tem fornecido recursos de diversas naturezas, dando oportunidade aos seus professores para participar em diferentes eventos. A formação e a atualização pedagógica são realizadas nas semanas pedagógicas e não existe outro instrumento para essa finalidade. Os mecanismos de apoio à qualificação docente que, segundo a IES, estão contidos na política de capacitação, não são do conhecimento dos professores e são pouco utilizados. Sugeriu ainda que a IES, inicialmente, implemente as diretrizes relacionadas ao incentivo e ao estímulo profissional, para, posteriormente, realizar avaliações e propor novas formas, resultantes de discussão com o seu corpo docente.*

A IES afirmou que dispõe de política de capacitação e que tem empreendido esforços para estimular a qualificação do corpo docente. No PDI foram traçadas quatro metas

principais para o Plano de Incentivo à Qualificação Docente: 1) investir na titulação dos professores, levando em consideração seus interesses, e as metas previstas no PDI associadas ao(s) curso(s) da Instituição ao(s) quais se vinculam o docente; 2) estimular os docentes a participarem de programas de pós-graduação; 3) criar um centro de treinamento em didáticas alternativas e atualização permanente do corpo docente com o objetivo de oferecer programas, cursos, colóquios e outras atividades que desenvolvam o conhecimento; e 4) incentivar os docentes, por meio da ajuda de custo, a participar de eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e de treinamento específicos. Para que tais metas sejam satisfatoriamente atingidas, a Instituição propôs as seguintes ações: 1) concessão de ajuda de custos aos docentes, na inscrição de eventos e nas despesas com locomoção, hospedagem e alimentação, a critério da Diretoria e de acordo com os recursos destinados ao Plano de Qualificação; 2) concessão de bolsas-auxílio, de acordo com os recursos existentes, correspondendo a 20 (vinte) horas-aula para os cursos de pós-graduação, pelo período de dois anos para mestrado, podendo justificadamente ser prorrogada por mais um ano; e de três anos para o doutorado, podendo ser também justificadamente prorrogada por mais um ano. A análise dos pedidos de ajuda de custo e de bolsas-auxílio leva em consideração os seguintes fatores: 1) os recursos financeiros disponíveis; 2) a necessidade institucional em áreas prioritárias; 3) o tempo de serviço do docente no quadro funcional do Centro Universitário; e 4) a produtividade e desempenho do professor, apresentados nos dados da avaliação anual feita pelo Centro Universitário.

A IES destacou que a Comissão de Avaliação reconheceu a existência de iniciativas institucionais de estímulos ou incentivos profissionais, na medida em que constatou o apoio à participação em eventos científicos e acadêmicos, o incentivo à formação pedagógica dos docentes e a existência de mecanismos de apoio à qualificação dos docentes.

Com o início do ano de 2004, algumas medidas que, à época da visita, eram ainda ações a serem desenvolvidos, foram, segundo a IES, plenamente implementadas.

Entre os Programas de Apoio à Pesquisa está o apoio à produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística, além de mecanismos de apoio à participação em eventos e incentivo à publicação. Da mesma forma, foram institucionalizados os estímulos à formação e à atualização pedagógica dos docentes. Nas semanas pedagógicas que antecedem o início de cada período letivo, foram acrescidas propostas de apoio à participação em eventos pedagógicos promovidos por outras Instituições.

Quanto aos mecanismos de apoio à qualificação acadêmica dos docentes, a Instituição conta com uma Política de Qualificação que tem por objetivo melhorar a qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão. A Instituição procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação. Atualmente há 21 docentes em programas de capacitação com incentivos da Mantenedora, dos quais 5 estão inscritos em programas de doutorado, 7 em mestrado, e 9 em especialização.

A Comissão de Avaliação informou que *a verificação não ensejou que fosse obtida comprovação de diversos trabalhos apontados no indicador publicação, do formulário eletrônico apresentado pela IES. Tais informações, não comprovadas, foram retiradas do currículo do professor. Havia, contudo, uma publicação que não constava do formulário e foi inserida pela Comissão de Avaliação.* Segundo a mesma Comissão*, as produções intelectuais, técnicas, científicas, culturais e artísticas não estão, também, comprovadas.* Recomendou então *que a IES mantenha dados consolidados sobre a produção intelectual de seus professores.*

A IES esclareceu que a Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa disponibiliza anualmente formulários próprios para a coleta e ordenação da produção intelectual de todo o corpo docente do Cesubra.

Os formulários de produção intelectual reúnem informações referentes a: publicações de livros; publicações de capítulos de livros; publicações de artigos científicos em revistas indexadas, periódicos científicos ou suplementos de divulgação científica; trabalhos apresentados em congressos, simpósios e seminários científicos (excluindo a simples participação como audiência nos referidos eventos); traduções; colaborações e cooperações em livros e artigos; dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado; produções artísticas; e produções técnicas. Depois de preenchidos, os formulários são devolvidos à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa do Cesubra..

As informações recebidas são classificadas e indexadas em bases de dados específicas, para posterior organização sob o formato de referências bibliográficas, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O material, depois de organizado e indexado, é disponibilizado para avaliações internas do Cesubra, bem como para os órgãos externos de controle e avaliação (MEC – CAPES).

As produções científicas decorrentes das linhas de apoio à pesquisa financiada pela Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa também recebem um tratamento técnico por Setor: os relatórios finais de pesquisas de alunos e professores são tombados, classificados, indexados e alocados nas bibliotecas locais.

A Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa também é responsável pelo cadastramento anual dos grupos de pesquisa do Cesubra junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à medida que estes são constituídos.

A IES apresentou relação atualizada de todo o material produzido pelo corpo docente, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 6 – Publicações e Produções Intelectuais, Pedagógicas, Técnicas, Culturais e Artísticas do Corpo Docente, números totais por tipo. Ano 2004

Tipo de Produção	Quantidade
Trabalhos publicados em Periódicos e Anais Científicos (nacionais e internacionais)	90
Trabalhos apresentados em Congressos e Encontros Científicos (nacionais e internacionais)	89
Livros e Capítulos	16
Teses e Dissertações	24
Colaborações em Artigos e Livros	9
Relatórios de Pesquisa	2
Produções Artísticas	7
Produções Técnicas	40
Total	277

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

6. INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS

Conforme consta do relatório da Comissão de Avaliação, *a IES dispõe, de forma geral, de instalações adequadas e de boa qualidade. A climatização é garantida em quase todos os ambientes. As instalações sanitárias são adequadas e limpas. A infra-estrutura de segurança é realizada por bedéis e por agentes de ensino.*

Entretanto, as instalações administrativas, principalmente a secretaria, possuem espaço físico reduzido e não contam com mobiliário adequado. Assim, na parte reservada para atendimento ao aluno, não há lugar para o funcionário se assentar e, caso houvesse, a circulação de pessoas no ambiente seria impossível. As salas destinadas aos coordenadores dos cursos de graduação são agrupadas em pequeno espaço, considerando-se o número de cursos e de alunos. Essas salas não são identificadas, com sinalização específica.

Em entrevistas realizadas com a comunidade acadêmica, a Comissão de Avaliação *foi informada de que os recursos de multimídia são insuficientes. O Setor de Multimeios, de*

Provas, o Almoxarifado e a Biblioteca são também utilizados pela Universidade Paulista – UNIP -, sendo que as duas instituições compartilham espaços, equipamentos e, algumas vezes, funcionários.

Os laboratórios de informática são de uso exclusivo da IES e os alunos podem utilizá-los em horários extras, desde que tais espaços estejam disponíveis. Há sete equipamentos de informática, na biblioteca, de uso por tempo limitado, e compartilhados com alunos da UNIP.

A IES informou que, decorrido um ano após a realização da visita dos avaliadores, muitos dos projetos a eles apresentados e mesmo outros desenvolvidos posteriormente, já foram concretizados ou se encontram em fase de conclusão, conforme cronograma de execução ajustado de acordo com o PDI. Além das obras de reforma e de ampliação, foi promovida a revisão do planejamento físico para atender a demanda futura que emergirá da expansão dos cursos. Em decorrência de tais procedimentos foi também revista a política de conservação e de expansão dos ambientes acadêmicos, assim como de aquisição, atualização e manutenção do acervo e equipamentos.

À época da visita da Comissão da Avaliação, a Instituição já dispunha de um plano de expansão da sua infra-estrutura física que, inclusive, se encontra descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional. Entre outras áreas contempladas, o plano previa a ampliação das áreas administrativas da Instituição. Dessa forma, em 2004, a Secretaria Geral, que em 2003 estava instalada em uma área de 56,00m^2, foi transferida para uma nova sala, com mobiliário e instalações climatizadas e adequadas, tendo seu espaço físico constituído de uma sala de atendimento, com poltronas para espera e atendimento por senha; uma sala de expediente; uma sala de arquivo (documentação acadêmica); uma sala para o Setor de Diplomas e uma sala para o Secretário Geral, totalizando 188,80m^2. A mudança melhorou o atendimento e agilizou as ações, dando mais conforto aos alunos e a seus funcionários. Acrescentou, apenas a título de atualização, que também foram promovidas as seguintes modificações da planta física: mudança de local da Direção Geral, com mobiliário e instalações adequados, com sala de reuniões, ficando mais próximos dos alunos, professores, coordenações de curso e coordenação geral, melhorando seu atendimento e agilizando suas ações; mudança de local da Coordenação Geral e do Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE), com mobiliário e instalações adequados, ficando mais próximos dos alunos, professores e coordenações de curso e direção geral, melhorando seu atendimento e agilizando suas ações; mudança de local do Setor de Compras, com mobiliário e instalações adequadas, ficando, também, mais próximo da Direção Geral, da Coordenação Geral e das Coordenações de Cursos, agilizando as aquisições necessárias, tais como as compras de livros e insumos para os laboratórios.

As instalações para os coordenadores de curso de graduação, segundo a IES, também foram redimensionadas, conforme previsto no plano de expansão. Em meados de 2004, as salas dos coordenadores de curso foram transferidas para local mais próximo dos alunos, professores, Coordenação Geral e da Direção Geral, melhorando o seu atendimento e agilizando suas ações. A mudança foi acompanhada de investimentos em mobiliário e equipamentos, além de sinalização em cada sala para facilitar o acesso.

Quanto aos equipamentos de multimídia, a IES destacou que a motivação que levou a Comissão de Avaliação à atribuição do conceito Regular a este aspecto carece de elementos objetivos. Isto porque, baseia-se unicamente em opiniões colhidas em entrevistas junto à comunidade acadêmica. A referida Comissão sequer avaliou indicadores que permitissem relacionar a quantidade de equipamentos com o número de alunos, professores e funcionários. Contudo, em 2004 foram adquiridos novos equipamentos de multimeios (*data-show*, projetores de *slides*, retroprojetores, etc), procurando atender a demanda. Em 2003, a Instituição possuía 8 (oito) aparelhos de *data-show*. Em 2004, adquiriu mais 4 (quatro) aparelhos, tendo atualmente 12 (doze) aparelhos, número esse que considera suficiente para

atender a demanda atual, na proporção de um equipamento para cada 12 docentes. Esses equipamentos estão disponíveis aos professores e alunos da Instituição mediante agendamento.

No que se refere aos equipamentos de informática, a IES afirma que, em 2004, instalou mais um laboratório de informática, integralizando 5 (cinco) laboratórios, que atendem a demanda atual. Os 5 (cinco) laboratórios de informática instalados na Instituição contam com um total de 126 (cento e vinte e seis) microcomputadores. Esses laboratórios encontram-se à disposição dos docentes e alunos e funcionam nos seguintes horários: segunda a sexta, das 8:00 às 23:00, e sábado, das 8:00 às 13:00. Os alunos portadores de identificação de matrícula na Instituição têm acesso aos equipamentos de informática nos laboratórios, em horários livres: 08:00 às 23:00. Além dos horários mencionados, qualquer professor poderá solicitar horários reservados nos laboratórios para ministrar aulas práticas que utilize os recursos disponíveis. Os docentes contam ainda com equipamentos de informática disponíveis nas salas dos professores e nos gabinetes de trabalho, no caso específico dos coordenadores. Os alunos podem, ainda, utilizar os equipamentos da biblioteca, que é de acesso livre em seu horário de funcionamento, inclusive aos professores. A utilização da internet, na forma de contas de correio eletrônico, horas de pesquisa e disponibilidade de *home pages* nos laboratórios, é gratuita e ilimitada para professores e para estudantes do Cesubra.

A Comissão de Avaliação observou que *existe manutenção, permanente, preventiva e corretiva, das instalações físicas e dos equipamentos. A manutenção dos equipamentos, contudo, deixa a desejar. Algumas vezes, há agrupamento de turmas, em razão de danos em equipamentos.*

No que se refere aos serviços de manutenção permanente (preventiva e corretiva) dos equipamentos, a Instituição, até o momento da visita, tinha a manutenção de seus equipamentos a cargo de uma empresa terceirizada que realizava visitas de rotina semestralmente, ou quando necessário, conforme contrato de prestação de serviço, para revisão ou reparo desses aparelhos. Nesta perspectiva, os equipamentos dependiam de visita do funcionário da empresa para qualquer tipo de manutenção corretiva.

Uma das providências decorrentes da avaliação foi exatamente a modificação dessa situação. Atualmente, a manutenção dos equipamentos é realizada por técnicos pertencentes ao quadro de funcionários da própria Instituição e também por técnicos contratados por meio de convênio com empresas da região. Adicionalmente, conforme previsto no PDI, foi instalado um Departamento Técnico contando com pessoal especializado e equipamentos necessários para o diagnóstico imediato de falhas e respectivas reparações. Dessa forma, os equipamentos são monitorados permanentemente por uma equipe interna especializada e qualificada para executar os reparos que se fizerem necessários, não havendo a necessidade de deslocamento dos equipamentos dos laboratórios. Não obstante isso, os equipamentos recebem, duas vezes ao ano, manutenção preventiva por uma equipe externa.

A Comissão de Avaliação do INEP informou que *o laboratório de Alimentos e Bebidas, do curso de Turismo, é de uso comum da UNIP e da CESUBRA. Há outros laboratórios de uso exclusivo da CESUBRA, mas, se comparados com os da UNIP, percebe-se que a manutenção dos espaços da CESUBRA é inferior: lâmpadas queimadas, paredes infiltradas e algumas ferragens enferrujadas. Tais falhas não foram, contudo, levadas em conta pela Comissão.*

O mobiliário e equipamentos são regulares. A comunidade acadêmica ressaltou alguns aspectos, tais como: ausência de pilhas para otoscópio; reunião de turmas devido ao baixo número de equipamentos de informática; problemas com instrumentos do laboratório de Farmácia; manipulação inadequada de gases.

A esse respeito, a IES informou que promoveu a ampliação dos seus recursos tecnológicos, garantindo um número maior de equipamentos à disposição dos usuários. Como já mencionado, em 2004 foi instalado um novo laboratório de informática.

Adicionalmente, a política de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos foi substituída. Atualmente, a Instituição conta com uma equipe própria e especializada para atender as necessidades de reparo imediato dos equipamentos.

Quanto à política de aquisição e atualização, anualmente os coordenadores de curso, os professores, os técnicos dos diversos laboratórios e os representantes do corpo discente avaliam a adequação dos equipamentos em número e modelo para atender às exigências dos cursos. Em caso de identificação de deficiências, a Instituição atualiza os equipamentos disponíveis para que possa garantir o número e o modelo das máquinas às exigências do curso, às necessidades das disciplinas e às solicitações de professores e estudantes, além da aquisição de novas versões de sistemas operacionais, como no caso da informática, visando à melhoria do ensino das disciplinas do currículo e estimulando as produções científicas discentes e docentes. A atualização dos equipamentos é feita a cada dois anos, ou tempo inferior, se necessário, por meio de *upgrade*. A atualização consiste na troca de um ou mais componentes do computador por outros componentes de melhor performance, ou mesmo, troca do equipamento. A previsão é de que seja montado, no mínimo, um novo laboratório a cada ano, de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nos cursos existentes e em cursos que venham a ser implantados.

A Comissão de Avaliação observou que *as normas de segurança para cada laboratório não se encontravam em local visível e de fácil acesso aos usuários.*

A IES informou que passou a fiscalizar por meio de Comissão Interna, de forma freqüente, o cumprimento das normas de biossegurança e o uso dos equipamentos de segurança nos laboratórios.

Durante a visita da Comissão do CNE, constatou-se a existência de equipamentos adequados aos fins acadêmicos e em número suficiente, além das condições essenciais de higiene, limpeza, conservação e segurança estarem plenamente atendidas, demonstrando que eventuais inconformidades de nestes aspectos, assinalados pela Comissão Avaliadora, foram plenamente corrigidas.

7. BIBLIOTECA

A Comissão de Avaliação assinalou que *a biblioteca Professor Roger Patti é compartilhada com os usuários provenientes da UNIP.*

Em seu Documento de atendimento ao Despacho Interlocutório, a IES esclareceu que atualmente a IES conta com uma biblioteca própria, ocupando um espaço físico no bloco F, subsolo, para facilidade e compartilhamento aos alunos do Cesubra com todos os serviços disponíveis. Nesta biblioteca encontra-se à disposição os seguintes setores e equipamentos: sala de estudo individual com mesas e cabines; salas para estudo em grupo; setor de teses (monografias, dissertações e teses) e multimeios; sala para orientação de trabalhos acadêmicos; sala para apresentação de trabalhos acadêmicos; sala para o acervo; 02 (dois) terminais de consulta ao acervo; 02 (dois) terminais de atendimento para circulação das obras; aparelhos de DVD; 05 (cinco) terminais para consulta na internet. A biblioteca do Cesubra e da Unip, por estarem situadas em locais próximos, permitem que alunos de diversas instituições de ensino, quer sejam do Cesubra, Unip, colégios públicos ou particulares, tenham acesso ao seu acervo e demais serviços, constituindo-se num espaço cultural gratuito à comunidade estudantil.

A seguir se reproduz tabelas contendo dados quantitativos, objetivando visualizar as melhorias realizadas no ano de 2004.

Tabela 7 – Dependências, em metros quadrados, evolução anual

Dependências	Metragem em 2003	Metragem em 2004	Melhoria
Disponibilização do Acervo	345,73	411,33	65,60
Salas de estudo individuais	287,93	452,91	164,98
Salas de estudo em grupo	67,41	132,93	65,52
Recepção e atendimento ao usuário	10,00	10,00	0,00
Sala de coordenação e serviços técnicos	188,93	200,00	11,07
Sala para acesso à Internet	100,00	100,00	0,00
Sala de apresentação de trabalhos acadêmicos	-	65,60	65,60
Circulação e banheiros	-	54,00	54,00
Total	1.000	1.426,77	426,77

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Tabela 8 – Recursos Materiais, evolução anual

Tipo de Mobiliário	Quantidade em 2003	Quantidade em 2004	Melhoria
Jornaleiro	1	2	1
Estante p/ revista	12	27	15
Estante p/ livros	69	100	31
Gôndolas de estudo individual	22	62	40
Mesa de estudo	39	54	39
Balcão de atendimento	2	3	1

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Tabela 9 – Infra-Estrutura Tecnológica, evolução anual

Serviço	Modelo	Quantidade em 2003	Quantidade em 2004	Melhoria
Pesquisa	PC-IBM Celeron	6	11	5
Terminais de busca	PC-IBM Celeron	2	4	2
Processo Técnico	PC-IBM Celeron	8	8	0
Referência	PC-IBM Celeron	4	7	3

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

A Comissão de Avaliação considerou que *as instalações para estudo em grupo, são pouco iluminadas, formadas por divisórias que não alcançam o teto e, por isso, não há isolamento acústico. O espaço é muito barulhento e o isolamento é, apenas, visual.*

Ao promover o redimensionamento das instalações para estudo em grupo, a Direção do Cesubra alocou área de 132,93m^2, com esta destinação. O espaço dispõe de isolamento de ruídos externos, e iluminação artificial adequada para os seus fins.

No que se refere às instalações para o acervo a Comissão de Avaliação ressaltou que existem catálogos disponíveis para consulta por título e por autor. No entanto assinalou a ausência de mecanismos de consulta por assunto. O acesso ao acervo, diretamente pelo aluno, é impossível por meio da informática.

No contexto das mudanças introduzidas pela Direção da IES, a área física do acervo dispõe de condições de armazenagem, preservação e disponibilidade adequada. Há iluminação adequada, extintor de incêndio, sistema antifurto e sinalização bem distribuída e visível. Além disso, há acesso com rampas para portadores de necessidades especiais.

A biblioteca adquiriu um sistema de segurança eletrônica, proporcionando livre acesso de alunos e professores ao acervo. Todos os itens que compõe o acervo são protegidos por fitas magnéticas, impedindo a saída dos mesmos, sem o devido procedimento de empréstimo.

Para facilitar a identificação, o acervo encontra-se organizado nas estantes da seguinte forma: ordenação de livros e folhetos: a ordenação dos livros e folhetos nas estantes é feita por assunto, obedecendo a uma classificação do material bibliográfico segundo a Classificação Decimal de *Melvil Dewey* (CDD), e para a catalogação do mesmo é adotado o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2); ordenação de periódicos: os periódicos encontram-se organizados nas estantes obedecendo a uma ordem alfabética de títulos; ordenação de teses e monografias: as teses são organizadas como livros, já as monografias recebem o mesmo preparo que os periódicos; ordenação de multimeios: os materiais como *CD-ROM*, DVD, VHS, fitas cassetes, e outros tipos de materiais recebem o mesmo preparo que os livros.

Os catálogos estão disponíveis ao público, permitindo consulta ao autor, título e assunto(s) atribuído(s) a cada documento.

A Comissão de Avaliação relatou que *o acervo da biblioteca é constituído por jornais, revistas, material de multimídia e base de dados. Pareceu-lhes que os alunos estariam insatisfeitos com a quantidade e com a atualização do acervo. Alem disto, o acervo é fechado e, ao que foi possível perceber, o acesso do aluno é permitido com acompanhamento. Entretanto, se tal prática fosse corrente, o número de funcionários da biblioteca seria insuficiente.*

No que tange a este assunto, a IES informou que com a agregação de valor à informação, a sua veiculação de forma objetiva, rápida e eficiente é indispensável para o desempenho com qualidade em uma unidade de informação. Destarte, a biblioteca tem como objetivo disponibilizar tempestivamente informações para as atividades de ensino e pesquisa de toda a comunidade envolvida com os cursos oferecidos.

A biblioteca conta com um acervo aberto, inclusive para consulta pública por meio de acesso à internet que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por ampla quantidade de material informacional atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação de seu espaço visando a satisfação e, conseqüentemente, o melhor desempenho de seus usuários em suas atividades de pesquisa.

A IES entende como imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesses e complementação à formação do estudante. São adquiridos, também, materiais de apoio advindos das novas tecnologias de multimídia, como base de dados em *cd-rom, dvd, vhs* e disquetes, dentre outros.

Tabela 10 - Demonstrativo de Livros, segundo a área e o ano.

Áreas	Títulos em 2003	Títulos em 2004	Volume em 2003	Volume em 2004
Ciências Exatas e da Terra	777	1.163	2.062	2.980
Ciências Biológicas	104	331	255	910
Engenharia/ Tecnologia	680	720	1.477	2.680
Ciências da Saúde	1.358	1.650	4.289	4.930
Ciências Agrárias	10	60	46	87
Ciências Sociais Aplicadas	6.736	8.375	18.130	21.183

Ciências Humanas	1.122	1.337	3.345	5.845
Lingüística Letras e Artes	1.305	1.656	4.171	4.660
Total	12.092	15.292	33.775	43.275

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Durante a reunião da Comissão do CNE com coordenadores de cursos, docentes e discentes, foram colhidas manifestações de satisfação e reconhecimento pelos mecanismos democráticos e autônomos em relação à mantenedora, utilizados pela Direção do Cesubra para atualizar e expandir o acervo da sua biblioteca.

Tabela 11 – Demonstrativo de Periódicos, segundo a área e o ano.

Áreas	Periódicos em 2003	Periódicos em 2004
Ciências Exatas e da Terra	8	30
Ciências Biológicas	3	6
Engenharia/Tecnologia	33	37
Ciências da Saúde	62	123
Ciências Agrárias	2	2
Ciências Sociais Aplicadas	324	280
Ciências Humanas	74	80
Lingüística/Letras e Artes	39	41
Total	545	599

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Tabela 12 – Demonstrativo de Multimídia, segundo a área e o ano.

Áreas	Vídeo em 2003	Vídeo em 2004	Cd-Rom em 2003	Cd-Rom em 2004
Ciências Exatas e da Terra	2	6	2	11
Ciências Biológicas	0	0	0	7
Engenharia/ Tecnologia	0	0	60	80
Ciências da Saúde	39	130	70	75
Ciências Agrárias	0	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	68	92	88	98
Ciências Humanas	4	6	4	19
Lingüística Letras e Artes	7	9	7	15
Total	120	243	231	304

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Tabela 13 – Acesso à base de dados

Nome Da Base	Endereço
Ebsco	http://ejournals.ebsco.com
BVS – Biblioteca Virtual da saúde	http://portal.revistas.bvs.br
Scielo	http://www.scielo.org
Bireme	http://www.bireme.br
Encyclopedia	http://www.encyclopedia.com
Infolegis	http://www.infolegis.com.br
Capes	http://www.capes.gov.br
Proquest Digital Dissertations	http://www.lib.umi.com/dissertations
Digital Library of MIT theses	http://www.theses.mit.edu
Pubmed	http://ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

Quanto à informatização, a percepção da Comissão de Avaliação foi de que *não havia possibilidade de consulta remota ao acervo. Os dois equipamentos de informática colocados do lado de fora para consulta ao acervo não funcionaram.*

A argumentação da IES é que, atualmente, a biblioteca conta com um *software* de gerenciamento denominado *ARCHES LIB*, utilizado para a automação de todos os serviços oferecidos em uma biblioteca, visando o desenvolvimento e controle do acervo. As principais funções que o sistema oferece estão descritas a seguir:

- Cadastro de monografias: permite a catalogação até o nível três da AACR2;
- Cadastro de periódicos: possui controle de periódicos desde o registro de assinaturas, datas, status da coleção, distribuidores, registro de fascículos, artigos, indexação, incluindo a analítica de periódicos.
- Cadastro de usuários: permitir que a biblioteca disponibilize vários serviços aos seus usuários, como classes de leitores, mala direta (impressa, e-mail, fax, etc), advertências, extrato.
- Relatórios: destacam-se os relatórios gerenciais, da circulação (empréstimo, devolução, etc), geração de etiquetas de lombada e código de barras, gráficos e outros.
- Busca: o mecanismo de busca do *Arches Lib* oferece ao usuário a possibilidade de construção de estratégias que podem utilizar quaisquer campos do banco de dados, conectores *booleanos*, fragmentos de palavras, etc.
- Circulação: controla os procedimentos básicos – reserva, empréstimo, devolução e multas. Permite a conexão de vários equipamentos de automação, como leitoras de código de barras e impressoras compactas. A biblioteca implantou tais dispositivos para atender com maior agilidade aos alunos, evitando assim, as filas no balcão.

Todos os módulos são integrados. Esta integração encontra-se também ao nível das funções e telas.

A biblioteca virtual, já implantada, incorporou novas tecnologias de informação ao acesso da biblioteca, proporcionando o acesso às informações fora dos limites físicos da biblioteca. Dessa forma, hoje, a mesma permite o acesso a seu acervo e serviços de lugares remotos.

Considerou a Comissão de Avaliação que *a política de aquisição, expansão e de atualização do acervo é regular, e que a IES não possui autonomia para a compra de livros. Os pedidos são enviados para São Paulo, para análise e deliberação da biblioteca geral.*

A Direção do Cesubra informou que no planejamento econômico-financeiro há previsão de receita destinada à aquisição, expansão e atualização do acervo. A tabela a seguir descreve os investimentos em R$ projetados pela Instituição, estratificados em categorias de forma a sustentar o plano de aquisição, expansão e atualização do acervo.

Tabela 14 - Investimentos (em R$ 1.000)

Renovação Permanente do Acervo	2004	2005	2006	2007	2008
Aquisição de Livros	600	1.000	1.500	2.500	2.500
Renovação/Assinatura de periódicos	600	1.000	1.500	2.500	2.500
Aquisição de Multimídia	416	679,3	115.4	2.383,9	620
Total Previsto	1.616,00	2.679,3	3.115,4	7.383,9	5.620,0

Fonte: Relatório de Atualização elaborado pela IES e apresentado em 08 de dezembro de 2004 ao Conselho Nacional de Educação.

A Instituição, atendendo às diretrizes pedagógicas de cursos superiores, adota uma política permanente de aquisição e atualização de materiais para o acervo, visando manter uma biblioteca dinâmica e sempre atualizada, respondendo às necessidades acadêmico-pedagógicas de estudo e pesquisa dos cursos em funcionamento e daqueles que venham a ser implantados.

Dessa forma, a aquisição e atualização do acervo são realizadas semestralmente, com base na bibliografia básica e bibliografia complementar referente a cada disciplina do curso, de acordo com as vagas ofertadas e na necessidade de aquisição de materiais atualizados; na indicação do corpo docente e discente; na adequação dos assuntos às áreas exploradas pelos cursos oferecidos; na produção técnica, didática e científica disponível no mercado editorial de interesse da comunidade.

Assim, além de ser solicitada uma lista semestral de sugestões bibliográficas aos professores, os estudantes podem sugerir títulos no local de disposição do acervo. Os materiais sugeridos serão submetidos a uma avaliação junto a Instituição para se extrair, dentre estes, os que são realmente relevantes. Ainda, considerando-se que existem muitas obras antigas cujo conteúdo não perde seu valor, há prioridade para materiais que necessitam de atualização constante, como é o caso do Código Civil e das obras da área de Informática.

A política de aquisição e atualização de livros e periódicos, além de atender a um cronograma elaborado pela Instituição por meio do levantamento das necessidades dos usuários, depende da adequação do orçamento elaborado no ano anterior em consonância à projeção de compras estipulada pela Administração Superior da Instituição, com total autonomia para a IES, não dependendo de nenhuma "Biblioteca Geral" localizada em São Paulo, para atualizar e expandir o seu acervo.

As formas de execução da política observam, ainda, se há uma relação direta entre o número de materiais do acervo disponível e a quantidade de vagas ofertadas, de tal forma que possa suprir toda e qualquer expectativa de estudantes e professores nas atividades de estudo e pesquisa, realização de trabalhos científicos e consultas bibliográficas.

Em relação ao serviço de acesso ao acervo, a Comissão de Avaliação relatou que *não há serviço de empréstimo entre bibliotecas e nem serviço de Comutação Bibliográfica, no País e no exterior. Há que se destacar que o acervo é fechado. Parece que o aluno pode entrar acompanhado para visita ao acervo. No entanto, o número de funcionários se tornaria insuficiente se tal atividade fosse regular e sistemática por parte do corpo discente.*

Ao adquirir um sistema de segurança eletrônica, a Direção do Cesubra proporciona livre acesso de alunos e professores ao acervo, otimiza o quadro de funcionários da biblioteca e aumenta a segurança do acervo. Todos os itens que compõe o acervo são protegidos por fitas magnéticas, impedindo a saída dos mesmos, sem o devido procedimento de empréstimo.

A IES esclarece que todas as atividades são voltadas para o propósito final da biblioteca, que é o atendimento eficaz e eficiente aos usuários presenciais e remotos. Para isso a biblioteca conta com os seguintes serviços:

<u>Consultas</u>

A biblioteca disponibiliza para consultas *on-line* recursos eletrônicos tais como:

- Terminais de busca: Permitindo o acesso ao catálogo bibliográfico, através do sistema de *Arches* Busca, bem como, o acesso ao produto por meio de sua localização no acervo.
- b)Terminais conectados a internet: Permite o acesso à biblioteca virtual através de "n" *sites* (divulgação por folder) objetivando o acesso às informações fora dos limites físicos da biblioteca.

- Consultas *off-line*: Disponibiliza, também, para consultas *off-line* recurso tal como consulta por meio de listagens impressas (título, autor e por assunto).
- A consulta local é permitida a todos os usuários com acesso livre às estantes.

Serviço de apoio aos usuários

Serviço de referência: trata-se de serviços voltados para elucidações de dúvidas, quanto à utilização da biblioteca e, ainda, apoio às pesquisas.

- Auxiliar o usuário a localizar o material bibliográfico, o aluno pode, atualmente, solicitar pesquisa bibliográfica pessoalmente ou por meio de fax, e-mail e telefone;
- Auxiliar o usuário nas consultas ao catálogo on-line (*Arches* Busca);
- Orientação para utilização da internet, bases de dados em CD-ROM e/ou *on-line*;
- Instruir o usuário quanto ao uso da biblioteca: treinamento de usuários. Os alunos recebem orientações em como potencializar o uso dos serviços e produtos da biblioteca;
- Suprir todas as necessidades de informação dos usuários;
- Apoiar as atividades de pesquisa acadêmica;
- Pesquisa bibliográfica no acervo base e demais fontes de referência como, por exemplo, periódicos e outros tipos de itens.
- Empréstimo domiciliar;
- Reserva de livros;
- Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos.
- O serviço de empréstimo domiciliar visualiza a retirada do material do acervo para alunos, professores e funcionários.

Serviços Implementados no Ano de 2004

A biblioteca, atualmente, mantém acordos de cooperação com redes de bibliotecas e serviço de informação especializada, visando à ampliação da sua capacidade de prestação de serviços e o compartilhamento de recursos para o tratamento e disseminação da informação para ensino e pesquisa.

Empréstimos entre bibliotecas: foi implementado este serviço por meio de convênios firmados entre várias bibliotecas, das quais destacamos a Biblioteca do Senado Federal, e a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB).

O Comut é um serviço de comutação bibliográfico que possibilita o acesso à cópia de teses e dissertações, artigos de revistas técnico-científicas, exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, respeitando rigorosamente a lei de direitos autorais.

Tais serviços são amplamente divulgados pela biblioteca aos alunos, professores e funcionários, por meio da distribuição de *folders* e do próprio Regulamento da mesma.
Ainda no tocante aos serviços de acesso, a Instituição reformulou sua política, possibilitando aos alunos o acesso direto às estantes do acervo.

Quanto ao apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos, a Comissão de Avaliação observou que *não há implementado, institucionalizado e amplamente divulgado, por parte da biblioteca, qualquer tipo de apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos. As normas da ABNT, embora existam, estão disponíveis apenas para consulta interna do pessoal técnico-administrativo da biblioteca. Não foram vistos manuais da IES com as exigências específicas para auxílio na elaboração de trabalhos técnicos e científicos.*

A Instituição promoveu a implantação de um programa de treinamento de usuários que os orienta na elaboração dos trabalhos monográficos. Além disso, disponibilizou o conjunto de normas da ABNT para padronização de documentação, e um manual próprio com as exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos. Oferece ainda aos usuários, um amplo referencial bibliográfico a respeito da elaboração de trabalhos acadêmicos.

8. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto de avaliação institucional teve início no primeiro semestre de 2000. Dele consta que a avaliação será feita semestralmente e abrangerá os aspectos pedagógicos e organizacionais do curso, como também o desempenho de cada professor em sala de aula. A comissão de avaliação institucional atua na articulação e implementação do processo.

A Comissão de Avaliação do INEP apresentou as seguintes considerações sobre o processo de avaliação da IES:

- *os integrantes da comissão de avaliação atuam em setores diferentes da IES, fato que acarreta acúmulo de atividades e de funções, embora a visão multidisciplinar possa ser um aspecto positivo. A avaliação aplicada no primeiro semestre de 2003 não havia sido divulgada, por ocasião da visita. Um dos componentes da comissão é responsável pelo setor de Pesquisa e de Pós-Graduação, além de participar da implementação de cursos superiores de tecnologia;*
- *o projeto de avaliação indica a participação de ex-alunos e de setores da comunidade, fato que ainda não ocorreu;*
- *a divulgação dos resultados é fragmentada e desarticulada, sendo que a comunidade acadêmica não discute os resultados. Além disso, a apresentação dos resultados não é padronizada nos diversos cursos;*
- *os resultados das avaliações das condições de ensino indicam deficiências quanto ao tempo de dedicação do corpo docente e, até o momento, a IES obteve Condições Regulares nesse item. Há doze professores em regime de tempo integral e dez em tempo parcial, mas, até o momento, não foram constatadas providências para sanar tal deficiência. Os resultados do ENC são discutidos nos colegiados;*
- *a comunidade acadêmica, especialmente o corpo docente, pouco interfere no processo de implementação da auto-avaliação institucional.*

A percepção da Comissão de Avaliação designada pelo INEP foi que*, a comissão de auto-avaliação institucional construiu o projeto de avaliação e, no entanto, esses resultados pouco interferem no planejamento da gestão. Esse fato fica evidenciado, segundo ela, pela ausência de implementação das políticas de investimento na dedicação do docente, no programa de iniciação científica e na pesquisa docente.*

No entendimento da Comissão de Avaliação*, o apoio e a assessoria pedagógica necessitam transcender o diálogo entre o coordenador de curso e o professor e as ações fragmentadas dos cursos. É preciso que a comissão de avaliação institucional disponha de tempo e de dedicação suficientes para analisar os resultados e interferir no planejamento da IES.*

O Documento apresentado pela Direção da IES informou que o processo de avaliação institucional do Cesubra é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída pelos seguintes membros: Profa. Maria Cecília Mattos Grisi, Presidente da Comissão e Coordenadora Geral, também responsável pelo NAE; Prof. Jaime Esteban Láiz, representante

do Corpo Docente e Professor Adjunto; Sra. Nádia Correia Ribeiro, representante do Corpo Discente e aluna da Instituição; Dr. José Augusto Ferreira de Lima, representante da Comunidade e Secretário Geral da Associação Nacional dos Delegados de Polícia.

Em cumprimento à legislação vigente, a Comissão Própria de Avaliação deve ser composta por representantes de vários segmentos da Instituição, além da participação da comunidade. Tal determinação impede a contratação de profissionais exclusivamente para participar da CPA, devendo sua composição refletir a representação desejada. Dessa forma, para a IES, o comentário e o conceito atribuído pela Comissão de Avaliação do INEP não são adequados à realidade normativa.

No que se refere à participação da comunidade acadêmica nos processos de auto-avaliação do centro universitário, a IES destacou que a comunidade acadêmica participa regular e sistematicamente dos processos de auto-avaliação do Cesubra (elaboração, implementação e discussão dos resultados). Tanto o corpo docente como o discente, possuem representação ativa na CPA. Os alunos estão representados pela Sra.Nádia Correia Ribeiro. Além disso, a comunidade tem representação assegurada na composição da CPA, mediante a participação do Dr. José Augusto Ferreira de Lima.

Conforme está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional, a participação dos ex-alunos na avaliação institucional foi realizada por meio da aplicação de instrumento de acompanhamento de ex-alunos no I Encontro de Ex-Alunos do Cesubra, ocorrido em 19/11/04. O referido instrumento abordou, inicialmente, questões relativas à situação dos egressos no tocante à relação entre a atual ocupação e a formação profissional. Os dados obtidos nesse instrumento serão tabulados e os resultados discutidos e divulgados. Pretende-se ampliar o instrumento de tal forma que possa avaliar também o índice de inserção dos egressos no mercado de trabalho, além de avaliar a opinião dos empregadores e ex-alunos, de forma a contribuir para a melhoria dos currículos dos cursos de graduação.

Quanto à divulgação dos resultados da auto-avaliação do centro universitário, a IES informou que, conforme previsto no Projeto de Avaliação Institucional, os resultados parciais e finais, sob a forma de relatórios conclusivos, serão objeto de divulgação plena, tanto para a comunidade interna como para a comunidade externa ou órgãos oficiais de Governo, sempre que for o caso, observada a questão da pertinência ou conveniência, quer no seu conteúdo integral, ou sob a forma de artigos sobre temas específicos publicados de modo próprio, ou em revista ou periódicos especializados, a critério da CPA e da Administração Superior do CEUniDF.

No período de 2000 a 2003, as ações da avaliação institucional foram as seguintes: a) avaliação do docente; b) avaliação pelo docente; c) avaliação das condições de ensino (externa); d) Exame Nacional de Cursos (ENC) - Provão (externa); d) divulgação dos resultados.

Os resultados levantados em decorrência da aplicação dessa avaliação institucional foram levados ao conhecimento dos coordenadores dos cursos de graduação, que por sua vez informaram a seus professores e alunos, num processo de difusão.

Em 2004, a atual Comissão Própria de Avaliação (CPA) ampliou a sua atuação e uniformizou a divulgação desses resultados adotando as ações seguintes: a) avaliação do docente; b) avaliação pelo docente; c) avaliação das condições de ensino (externa); d) prova institucional; e) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (externa); f) avaliação do cumprimento da metas do PDI; g) articulação entre as diversas avaliações internas e externas, para a produção dos resultados; h) divulgação dos resultados.

Destacou que ocorreram modificações no sistema de avaliação institucional com o advento do SINAES, não somente como decorrência da avaliação externa, com a substituição do Exame Nacional de Cursos pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mas, também, pela introdução da Prova Institucional, cujo objetivo é medir o desempenho do conjunto das disciplinas que o estudante está cursando, procurando melhorar o processo de

ensino-aprendizagem. Para a implantação da Prova Institucional, a ação implementada foi alterar o Regimento, com a devida aprovação do Ministério da Educação.

Por outro lado, uma outra mudança está na avaliação do cumprimento de metas do PDI, feita pela Comissão Própria de Avaliação, atuando como órgão de controle das ações dos setores envolvidos e, também, como órgão articulador de os todos os resultados das diversas avaliações.

Quanto às ações acadêmico-administrativas em função da auto-avaliação, a IES explicitou que após a realização da avaliação institucional, os resultados são discutidos nas esferas: administrativa, política, pedagógica e técnico-científica, gerando medidas de ajustes necessárias a serem executadas pela Instituição. Desta forma, as ações, decorrentes da análise dos dados obtidos na avaliação institucional, são implementadas com vistas à melhoria da qualidade de ensino e dos serviços prestados pela Instituição.

Em 2004, algumas ações decorrentes da avaliação institucional foram implementadas:

- A implantação de uma biblioteca setorial, com instalações, bibliotecário, auxiliares e acervo próprios, com aproximadamente 25.000 itens, para melhor atender a toda comunidade acadêmica do Cesubra;
- A mudança de local da Direção Geral;
- A mudança de local da Coordenação Geral e do Núcleo de Atendimento ao Estudante – NAE;
- A mudança de local das salas de Coordenações de Curso;
- A mudança de local da Secretaria Geral, com ampliação de seu espaço físico constituído de uma sala de atendimento, com poltronas para espera e atendimento por senha; uma sala de expediente; uma sala de arquivo (documentação acadêmica); uma sala para o Setor de Diplomas e uma sala para o Secretário Geral, totalizando 188,80 metros quadrados;
- A mudança de local do Setor de Compras, ficando mais próximo da Direção Geral, da Coordenação Geral e das Coordenações de Cursos, agilizando as aquisições necessárias, tais como as compras de livros e insumos para os laboratórios;
- A instalação de uma sala para o Núcleo de Assistência Psicopedagógica para os Docentes e Discentes (NAP), proporcionando conforto e privacidade no atendimento;
- A implantação de uma nova *home page* para o Cesubra, contemplando as formalidades institucionais, com áreas para os discentes com consulta de notas e faltas;
- A dispensa de alguns docentes e funcionários não adaptados à nova sistemática implantada, visando uma melhora na qualidade do ensino e dos serviços;
- A contratação de professores e funcionários objetivando o cumprimento das ações com vistas à melhora da qualidade do ensino e dos serviços;
- A realização de semanas pedagógicas no início do período letivo, com discussão dos projetos pedagógicos de cada curso, como medida de qualificação dos docentes;
- A concessão de bolsa de estudos aos professores da Instituição para os cursos de Especialização em Educação Especial, e, em Estatística e Métodos Quantitativos e Investimento e Análise Financeira, como medida de qualificação dos docentes;
- A instalação de mais um laboratório de informática, localizado no bloco F, em sala climatizada, com equipamentos, computadores, *softwares* e mobiliário adequados, com acesso à rede de comunicação (internet);
- A adoção de medidas que possibilitaram a configuração dos laboratórios de informática, de forma individualizada em conformidade com as solicitações feitas pelos professores;
- A troca de empresa para manutenção dos aparelhos de ar condicionado;

- Os consertos e aferições de aparelhos da Clínica de Fonoaudiologia, tais como otoscópios, cabines, etc. Desta forma os otoscópios estão todos funcionando devidamente, sendo verificados regularmente para manutenção. Os aparelhos de audição estão sendo calibrados, de acordo com o prazo de validade. Ênfase na orientação das normas de biossegurança, em todas as supervisões clínicas por seus respectivos professores;
- No curso de Farmácia, foi enfatizada a orientação das normas de biossegurança em todos os laboratórios, por seus respectivos professores;
- Dispensa e contratação de funcionários subordinados à Chefia de *campus*, procurando uma melhora nos serviços desse setor, tais como manutenção de lâmpadas, limpeza, etc.
- Articulação entre a interpretação dos resultados das avaliações realizadas pelo MEC, das avaliações realizadas por outros agentes externos e os da auto-avaliação do Cesubra e do futuro centro universitário.

Onde promoveu reestruturação do espaço físico, a Direção do Cesubra o fez com mobiliário e instalações adequados, agregando, quando necessário, sala de reuniões, e quando requerido, pela sua funcionalidade, aproximando alunos, professores, coordenações de curso e coordenação geral, melhorando o atendimento e conferindo maior eficácia as suas ações;

Quanto às avaliações realizadas pelo MEC e/ou outros agentes externos, a IES informou que no decorrer do ano de 2004 foram promovidas diversas ações resultantes do processo de avaliação institucional, considerando não apenas os problemas detectados na avaliação interna, como também aqueles detectados em avaliações externas.

9. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão de Avaliação considerou que *existem incoerências entre o planejado para o centro universitário e as atuais condições de funcionamento da IES. Os objetivos e metas do PDI sinalizam programas consistentes de extensão, pesquisa, iniciação científica, suporte pedagógico ao discente e ao docente e projetos de qualificação do processo de ensino e aprendizagem, definido, inclusive, na missão do centro.*

As ações descritas ainda não estão institucionalizadas, são fragmentadas ou não existem. A transformação em centro pressupõe maturidade organizacional, ou seja, a IES precisa reunir condições exigidas para o credenciamento. Assim, as ações propostas e projetadas no PDI precisam ser coerentes com o cotidiano da IES.

O PDI aponta o papel dos coordenadores dos cursos de graduação como gestores, mas, para isso, é necessário que eles tenham tempo suficiente para definir a gestão acadêmica e administrativa dos cursos.

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como prevê o PDI, requer investimento. A qualificação dos docentes e a melhoria do processo ensino e aprendizagem exige uma política bem definida, em busca da qualidade de ensino.

A CGLNES/Sesu considerou que a proposta estatutária do Centro Universitário do Distrito Federal atende ao contido na Lei nº 9.394/96 e à legislação correlata.

Para a IES, embora a avaliação concernente às ações institucionais propostas e em andamento seja extremamente subjetiva, uma vez que não foi utilizado nenhum instrumento de aferição qualitativa ou quantitativa para analisar, por exemplo, a coerência de uma

determinada ação com a vocação global, com os objetivos e metas, acredita que o PDI apresentado reflete as medidas necessárias para a efetiva realização da sua missão.

Apesar de não apresentar no momento da visita a concretização de todas as ações projetadas, o PDI previa a sua efetivação em curto prazo. Tal circunstância, de maneira alguma, segundo a IES, deveria ser interpretada pela Comissão de Avaliação como inconsistência grave que resultasse em penalização ao credenciamento.

Um ponto que considera importante é que a própria Comissão de Avaliação constata a existência de várias dessas ações no âmbito dos cursos de graduação, ainda que ausente uma regulamentação institucional. Esse é o caso, por exemplo, das atividades de pesquisa, iniciação científica e extensão.

Adicionalmente, quanto aos coordenadores de cursos, a IES esclareceu que, de acordo com o PDI apresentado, comprometeu-se a viabilizar esforços no sentido de formar uma equipe de coordenadores, respeitando os seguintes critérios: a) professores com formação acadêmica correspondente a Mestre ou Doutor; b) professores com, pelo menos, 3 (três) anos de experiência acadêmica e não-acadêmica; c) professores com dedicação integral 40 (quarenta) horas ao curso e à Instituição; d) professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes; e) professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que o centro universitário oferece; f) professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função; e g) professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Como os coordenadores de curso da Instituição atuam como os gestores e para que tenham suficiente tempo para a sua administração e a gestão acadêmica, a Instituição, a partir de 2004, passou a exigir como condição *sine qua non* para esta função o regime de 40 (quarenta) horas (tempo integral). Atualmente, todos estão contratados no regime de tempo integral.

10. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

A Instituição apresentou Plano de Desenvolvimento Institucional, correspondente ao período 2004/2008, que foi recomendado pela Sesu.

A Comissão de Avaliação informou que *o PDI define com clareza a missão, os objetivos e as metas institucionais.*

Como prioridade, o PDI aponta a necessidade de traduzir as demandas da sociedade na qual a IES está inserida, investindo no processo de ensino aprendizagem.

Os objetivos e as finalidades da IES têm por base a formação integral, a política de valorização dos recursos humanos, a implantação da extensão e da iniciação científica, entre outros aspectos. As metas retomam os temas dos objetivos institucionais.

O PDI contempla as dimensões acadêmicas, administrativas e organizacionais, capazes de alicerçar o gerenciamento institucional.

O documento apresenta cronograma de implementação, mas a metodologia não está bem definida. Além disso, o fluxo de controle da gestão não está bem evidenciado, a não ser na arquitetura organizacional e na definição das funções previstas no Regimento. Não há definições objetivas sobre o monitoramento de implementação das metas. Essa última tarefa cabe à comissão de avaliação institucional.

A IES acredita, no que se refere à metodologia e ao cronograma de implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, que o PDI apresentado estabelece plenamente as diretrizes e descreve os meios a serem utilizados para a realização da proposta. Nesse sentido, são assinalados as ações estratégicas e os prazos a elas associados, para concretizá-las.

Quanto à gestão acadêmico-administrativa, dada a subjetividade do aspecto avaliado, a Instituição desconhece as razões que levaram a Comissão de Avaliação a considerar que a atuação da administração não corresponde plenamente à estrutura organizacional. Contudo, imagina que tal afirmação pode ter derivado da transição entre as normas contidas no Regimento do Cesubra e aquelas inseridas no Estatuto do CEUniDF, que uma vez aprovado pela Coordenação Geral de Legislação e Normas do Ensino Superior, permitiu a reorganização institucional.

A estrutura organizacional da Instituição encontra-se descrita no PDI, seguindo o disposto no Estatuto, a partir do Título II.

Observou ainda que, de acordo com as disposições do estatuto existe, nos processos decisórios, uma boa integração entre a gestão administrativa, os órgãos colegiados e a comunidade acadêmica. Além disso, há previsão de representatividade e participação sistemática da comunidade universitária nos órgãos superiores e acadêmicos, com direito a voz e voto.

Quanto aos mecanismos de acompanhamento sistemático dos objetivos do futuro centro universitário, a Comissão Própria de Avaliação, instituída nos termos da Lei no 10.861/2004, é responsável pelo monitoramento da implementação do PDI, avaliando os resultados alcançados e sugerindo as medidas necessárias para a concretização das metas definidas.

As metas mais marcantes do PDI, a seguir mencionadas, estão relacionadas no cronograma de implementação.

a) Ensino – Cursos

Cursos Tecnológicos	Ano
1. Desenho Técnico Arquitetônico	2004
2. Desenho Técnico Mecânico	2004
3. Designer Gráfico	2004
4. Designer Multimídia	2004
5. Gerenciamento de Redes	2004
6. Gestão de Comércio Exterior	2004
7. Gestão de Empreendimentos em Saúde	2004
8. Gestão de Empreendimentos de Turismo e Hotelaria	2004
9. Gestão de Empreendimentos Esportivos	2004
10. Gestão de Marketing	2004
11. Gestão de Negócios Empresariais	2004
12. Gestão de Organização de Eventos	2004
13. Gestão de Pequenas e Médias Empresas	2004
14. Gestão de Recursos Humanos	2004
15. Gestão de Sistemas de Informação	2004
16. Web Designer	2004

Cursos Seqüenciais	Ano
1. Desenho Técnico Arquitetônico	2004
2. Desenho Técnico Mecânico	2004
3. Designer Gráfico	2004
4. Designer Multimídia	2004
5. Web Design	2004

b) Corpo Docente e Quadro de Pessoal Administrativo

O PDI prevê, ações relativas à melhoria do corpo docente e do pessoal administrativo que em grande parte já foram concretizadas, e outras que estão em fase de implementação.

c) Instalações Gerais e Laboratórios de Informática

No período de vigência do PDI, a Direção do Cesubra planejou realizar a expansão e a adaptação física das instalações, nas seguintes áreas de comum acesso, muitas das quais já foram executadas em 2004, como pôde ser verificado pela Comissão do CNE:

Áreas
1. Salas de aula
2. Infra-estrutura
3. Instalações para docentes – salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho
4. Instalações para coordenação do curso
5. Auditório/sala de conferência
6. Instalações sanitárias – adequação e limpeza
7. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais
8. Infra-estrutura de segurança
9. Manutenção e conservação das instalações físicas
10. Recursos audiovisuais e multimídia
11. Plano de expansão e de atualização de equipamentos

As ações programadas para implantação do laboratório de informática, quanto ao espaço físico e equipamentos, foram concretizadas no decorrer de 2004 .

É digno de registro que muitos dos ajustes preconizados pela Comissão de Avaliação designada pelo INEP, vinham sendo promovidos nas instalações e laboratórios do Cesubra em 2003 e 2004, motivados de forma precursora pela visita de 23 (vinte e três) comissões designadas pelo MEC, com o fito de avaliarem as condições para a autorização de cursos de Tecnologia (13), e para o reconhecimento de bacharelados e licenciaturas (10).

d) Biblioteca

Biblioteca	
Espaço físico	Instalações para o acervo
	Instalações para estudos individuais
	Instalações para estudos em grupo
Serviços	Implantação de sistema eletrônico para controlar o acesso de usuários à biblioteca
Segurança	Implantação de um sistema de segurança do acervo
Acervo: aquisição e expansão	Livros
	Periódicos
	Informatização
	Base de dados
	Multimídia
	Jornais e revistas

11. PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação atribuiu aos aspectos avaliados os seguintes conceitos:

Dimensões	Conceitos
1. Organização Institucional: PDI, Projetos Pedagógicos dos Cursos e Articulação das Atividades Acadêmicas, Avaliação Institucional	CR
2. Corpo Docente: Formação Acadêmica e Profissional, Condições de Trabalho, Desempenho Acadêmico e Profissional	CR
3. Instalações: Instalações Gerais, Biblioteca, Laboratórios e Instalações Especiais	CB

No parecer final, a Comissão de Avaliação destacou os pontos a seguir relacionados.

- O Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília – CESUBRA obteve, nas avaliações do ENC, em 2003: um conceito E, dois conceitos D, e três conceitos C. Em 2002, recebeu dois conceitos E, um conceito C e um conceito A. Em 2001, apenas um curso foi avaliado e obteve conceito A. Nas avaliações do INEP, para reconhecimento de cursos, a IES recebeu conceito CR na dimensão Corpo Docente. Ao todo, sete Comissões do INEP analisaram, cada uma, três cursos, com os resultados: dez CR, nove CB e dois CMB. É interessante notar que o curso de Farmácia, avaliado com o conceito CR nas três dimensões, obteve o conceito E no Exame Nacional de Cursos.

A direção, a coordenação e a comissão de auto-avaliação institucional não demonstraram que medidas estão sendo tomadas para provocar a reversão desses resultados.

- A IES não possui processo interno consistente de auto-avaliação e nem mecanismos que implementem as mudanças necessárias, a partir dos resultados da avaliação. Na entrevista realizada com a Comissão, foi observado que a comissão de avaliação institucional, constituída por três professores, que são também coordenadores de cursos, desconhecia os resultados obtidos no ENC pelos cursos não coordenados por eles.

Tornou-se evidente a ausência de uma reflexão institucional e da própria institucionalização do programa de auto-avaliação, requisito necessário para o credenciamento, nos termos da Resolução CNE/CES 10/2002, artigo 8º, IV.

No ano de 2003, os resultados da avaliação efetuada no primeiro semestre não foram divulgados, sob a alegação de acúmulo de funções e de trabalho por parte da comissão de auto-avaliação.

É necessário que sejam verificados os motivos que ensejam os conceitos CR na dimensão Corpo Docente e por que a política de investimento para adequar o regime de trabalho dos professores não foi ainda implantada.

- A IES relacionou alguns docentes, atribuindo-lhes a condição de portadores do título de doutor, a qual, na realidade, não se verifica, visto que os professores ainda não obtiveram este título. A titulação foi lançada, também, para professores que não possuem título de doutor revalidado no Brasil.

No PDI da IES consta que há 32,45% de docentes em tempo integral. Em documento anexado ao formulário eletrônico, a informação é que a Instituição conta com 6% de professores em regime de tempo integral e apenas 5% de docentes em tempo parcial. O Parecer CNE/CES 618/99 exige, como pré-condição, um mínimo de 10% de professores em tempo integral.

O Parecer citado destaca a oferta de cursos de especialização em, pelo menos, uma área de conhecimento. A IES, todavia, não oferta nenhum curso.

A administração da IES é regida por um relacionamento com São Paulo. Tal fato parece não deixar margem para que seja implantado um processo decisório autônomo, no que se refere às diretrizes emanadas do PDI, aos procedimentos de implantação do PDI e à participação mais ampla da comunidade acadêmica.

O relatório da Comissão de Avaliação apresentou a seguinte conclusão:

No processo de avaliação para o credenciamento como Centro Universitário, a Instituição recebeu o Conceito Regular (CR) na dimensão Organização Institucional, Conceito Regular (CR) na dimensão Corpo Docente e Conceito Bom (CB) na dimensão Instalações.

A partir do exposto, a Comissão Avaliadora é de parecer contrário ao credenciamento do CESUBRA como Centro Universitário.

13. CONSIDERAÇÕES DA Sesu/MEC

A Sesu/MEC destacou que os parâmetros estabelecidos no Parecer CNE/CES Nº 618/99 referentes à titulação (90% de doutores, mestres e especialistas) e ao regime de trabalho (10% de docentes em regime de tempo integral e 40% em regime de tempo contínuo – 12 a 24 horas semanais) do corpo docente não foram atendidos pela IES.

Tabela 5b – Comparativo dos indicadores do Parecer CES/CNE nº 618/99

CRITÉRIOS DO PARECER CES/CNE 618/99	PADRÃO INSTITUIÇÃO (*)
Corpo docente integrado por, no mínimo, 10% de professores em tempo integral e 40%, em tempo contínuo (12 e 24 horas)	O corpo docente é integrado por 15,3% de professores contratados em regime de tempo integral e 40,01% em tempo contínuo (12 e 24 horas).
Corpo docente integrado por, no mínimo, 20% dos professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades acadêmicas extra-classe.	O corpo docente é integrado por 43% de professores com, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho, na Instituição, voltada para atividades extra-classe.
Previsão de tempo remunerado para a dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos.	A Instituição remunera o tempo docente dedicado ao atendimento de alunos, inclusive de professores horistas.

(*) Padrão estabelecido com base nos dados coletados no Relatório de Avaliação Institucional do INEP.

No presente caso, vide tabela 5b, acima reproduzida, os índices obtidos foram, respectivamente, 86,19%, 5,91% e 19,11% (39 professores), conforme relação nominal do corpo docente constante do relatório da Comissão de Avaliação.

Quando aos pré-requisitos a serem cumpridos pelas Instituições, com vista ao credenciamento como centros universitários, definidos na Resolução CES/CNE 10/2002, a Sesu/MEC informou que a IES apresenta as seguintes condições:

Resolução CNE/CES Nº 10/2002	
Pré-Requisitos	Condições Apresentadas pela IES
1. Cinco ou mais cursos de graduação reconhecidos.	- A IES possui 10 cursos de graduação reconhecidos.
2. Mais da metade de conceitos A, B ou C nas três últimas avaliações do ENC.	- Os cursos ministrados pela IES obtiveram 02 conceitos A, 04 conceitos C, 02 conceitos D e 03 conceitos E, ou seja, 06 conceitos positivos em 11 avaliações.
3. Nenhum conceito Insuficiente no item corpo docente, na avaliação das condições de oferta de cursos.	- A Comissão atribuiu o conceito CR à dimensão Corpo Docente. Em 09 cursos (08 bacharelados e uma licenciatura) avaliados, ocorreram 07 conceitos "CR" nessa dimensão. Em 14 avaliações realizadas pela SEMTEC, os cursos superiores de tecnologia tiveram melhor desempenho nessa dimensão: 10 conceitos CMB e 04 conceitos CB.
3. Nenhum pedido de reconhecimento de curso superior negado nos últimos cinco anos.	- Não houve pedido de reconhecimento negado.
4. Programa de Avaliação institucionalizado	- A Comissão considerou que a auto-avaliação da IES não está implementada.

5. Avaliação institucional positiva, realizada pelo INEP.	- A avaliação institucional ocorrida no presente processo não registra "Condições Insuficientes".

14. APRECIAÇÃO DO RELATOR

A análise dos autos do processo revela que:
a) A Comissão de Avaliação *in loco* nomeada pelo INEP e constituída pelos professores André Luiz dos Santos Cabral, Fábio José Garcia dos Reis e Marcos Prado Albuquerque, após visita a IES, realizada no período de 8 a 10 de dezembro de 2003, atribuiu o conceito "CR" às dimensões Organização Institucional e Corpo Docente, e o conceito "CB" à dimensão Instalações, e apresentação manifestação contrária ao credenciamento em análise.
b) A Sesu/MEC, mediante o Relatório Sesu/DESUP/COSUP 1.544/2004 apontou que a IES não atende aos parâmetros estabelecidos no Parecer CNE/CES nº 618/99 referentes à titulação e ao regime de trabalho do corpo docente. Quanto aos pré-requisitos a serem cumpridos pelas Instituições, com vista ao credenciamento como centros universitários, definidos na Resolução CNE/CES Nº 10/2002, informou que a IES atende os mesmos, com exceção do programa de avaliação institucional, que segundo a Comissão não está implementado. Encaminhou o processo para deliberação do CNE com recomendação contrária ao credenciamento do CEUniDF.
c) A IES, em cumprimento à solicitação contida no Despacho Interlocutório, apresentou um documento em que atualiza os dados e informações referentes ao processo de credenciamento, revelando alterações significativas das condições de funcionamento do Cesubra, quando comparada ao relatório da Comissão de Avaliação.

No dia 15 de dezembro de 2004, com o objetivo de constatar as alterações informadas, visitei a Instituição, acompanhado dos Conselheiros Edson de Oliveira Nunes e Roberto Cláudio Frota Bezerra. Em decorrência da reunião com a Direção do Cesubra, coordenadores de curso e professores, após entrevistas com funcionários e alunos, e análise dos novos documentos apresentados pela IES; em razão da visita às instalações gerais, biblioteca e laboratórios, concluímos que:

a) O Cesubra apresenta uma vocação natural e diferenciada tendo como eixo norteador o seu curso Fonoaudiologia, secundado pelos cursos de Pedagogia, Direito, ComunicaçãoSocial e Informática, que tem seu foco em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mundo de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação, tornando-se agentes do processo de inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, particularmente no que se refere aos problemas da comunicação humana. As atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* direcionam-se para a instrumentalização dos egressos, nessa perspectiva de atuação;
b) os projetos pedagógicos dos cursos estão bem estruturados e definem o perfil dos cursos de graduação, contando com a participação efetiva de coordenadores de curso e professores;
c) a Direção da IES criou e implantou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Assistência aos Docentes e Discentes e que se encontra em funcionamento o Núcleo de Apoio ao Estudante;
d) em ação complementar institucionalizou um Programa de Nivelamento em Matemática;
e) desenvolve programas de pós-graduação *lato sensu*;

f) as atividades de pesquisa adquiriram um suporte institucional, mediante a consolidação do Programa de Apoio à Pesquisa e do Programa de Iniciação Científica, além do lançamento da revista da IES. Em 2003 a IES financiou 2 projetos de pesquisa com término previsto para 2005, sendo um liderado pelo prof. Jaime Esteban (O aluno universitário: a prática social é um estímulo à busca do conhecimento?) e outro liderado pela profa. Regina Luna dos Santos Cardoso (Governo eletrônico e controle dos agentes públicos – transparência e responsabilização com novas tecnologias de informação e comunicação). Em 2004 foram financiadas, pela IES, mais três novas pesquisas, com término previsto para 2005. Essas pesquisas são lideradas pelos professores Robson do Nascimento (Estudo da arquitetura da web semântica e a identificação de padrões de versatilidade para troca de informações na web), Mônica Giannoccaro Von Huelsen (Imageamento da subsuperfície baseado na condutividade aplicada à água subterrânea através do sistema geotem) e José Borges da Conceição (Precificação de uma instituição de ensino superior privado no Distrito Federal);
g) as atividades de extensão são bastante diversificadas e de interesse para a comunidade;
h) o corpo docente, em termos de titulação e regime de trabalho, está adequado aos parâmetros estabelecidos no Parecer CNE/CES Nº 618/99, além de estar academicamente qualificado para o exercício de suas funções;
i) a IES dispõe de um Plano de Carreira e tem envidado esforços no sentido de sua divulgação e efetivo enquadramento dos professores contratados;
j) os estímulos e incentivos profissionais adquiriram um contorno institucional, com a implementação de algumas medidas em 2004, como os Programas de Apoio à Pesquisa (produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística), os mecanismos de apoio à participação em eventos e incentivo à publicação, e os estímulos à formação e atualização pedagógica dos docentes;
k) a Direção do Cesubra tem se empenhado em divulgar a sua política de qualificação entre o corpo docente e que atualmente estão em processo de capacitação 21 professores (5 matriculados em programas de doutorado, 7 em mestrado e 9 em especialização), todos com apoio financeiro da Mantenedora;
l) formulou uma sistemática, a cargo da Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa, para consolidar os dados de publicações, produções intelectuais, pedagógicas, técnicas, culturais e artísticas dos docentes, estando todas essas informações disponíveis para consulta;
m) o Plano de Expansão das Instalações Físicas, previsto no PDI, está sendo cumprido. Em 2004 foram promovidas reestruturações de espaço físico, ampliações e modificações de várias áreas, possibilitando uma melhor alocação dos espaços, melhorando a funcionalidade e o atendimento aos discentes e docentes;
n) foram adquiridos novos equipamentos, ampliando os recursos tecnológicos à disposição da comunidade acadêmica do Cesubra;
o) foi instalado um novo laboratório de informática;
p) a política de manutenção dos equipamentos foi revista para tornar-se mais ágil;
q) o espaço físico e os equipamentos da biblioteca foram ampliados, a exemplo das salas de leitura e de estudo em grupo, e o acervo foi expandido e atualizado, apresentando-se em condições que superam aquelas relatadas pela Comissão de Avaliação;
r) aos serviços oferecidos pela biblioteca foram incorporadas inovações da tecnologia da informação, facilitando as atividades dos usuários presenciais e remotos, facultando ao corpo docente e discente amplo acesso ao acervo, as facilidades do Comut, e de intercâmbio com as Bibliotecas da Universidade de Brasília e do Senado Federal;
s) o uso dos equipamentos de segurança e a aplicação das normas pertinentes nos ambientes de laboratórios estão sendo objetivo de rigorosa observância;

t) o Cesubra possui projeto de avaliação institucional que vendo sendo implementado, com as devidas adaptações ao que preconiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e as orientações e diretrizes emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), contando com participação da comunidade acadêmica e tendo seus resultados divulgados, conforme cronograma de atividades.

Esses e outros aspectos positivos, constatados durante a visita, permite-me ajuizar que a IES apresenta condições que preenchem todos os requisitos para o credenciamento na categoria de centro universitário, tendo demonstrado num intervalo temporal reduzido, capacidade de articulação e investimento com vistas à superação dos obstáculos identificados pela Comissão de Avaliação.

Em particular, as condições institucionais verificadas atendem aos requisitos previstos no art. 8º da Resolução CNE/CES nº 10/2002:

- Possui 28 (vinte e oito) cursos de graduação, sendo 10 (dez) deles reconhecidos: Administração, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação, Direito, Farmácia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Turismo;
- Obteve mais da metade de conceitos A, B ou C nas três últimas avaliações do Exame Nacional de Cursos: foram 02 conceitos A, 04 conceitos C, 02 conceitos D e 03 conceitos E, ou seja, 06 conceitos positivos em 11 avaliações;
- Não apresenta nenhum conceito Insuficiente no item corpo docente, na Avaliação das Condições de Oferta: a Comissão de Avaliação do INEP atribuiu o conceito CR à dimensão Corpo Docente. Em 09 cursos (08 bacharelados e 01 licenciatura) avaliados, ocorreram 07 conceitos CR nessa dimensão. Em 14 avaliações realizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, os cursos superiores de tecnologia tiveram melhor desempenho: 10 conceitos CMB e 04 conceitos CB.
- Não há registro no MEC de pedido de reconhecimento de curso de graduação negado nos últimos cinco anos;
- Dispõe de programa de avaliação institucionalizado;
- A Comissão de Avaliação atribuiu o conceito "CR" às dimensões "Organização Institucional" e "Corpo Docente" e "CB" para "Instalações". A avaliação institucional ocorrida no processo não registra "Condições Insuficientes".

II – VOTO DO RELATOR

Pelo exposto, voto favoravelmente ao credenciamento, pelo prazo de três anos, do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília como Centro Universitário do Distrito Federal (CEUniDF), com sede em Brasília, no Distrito Federal, mantido pela Sociedade Objetivo de Ensino Superior, com sede em Goiânia, no Estado de Goiás. A Instituição deverá adequar o seu Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional ao Decreto 4.914, de 11 de dezembro de 2003.

Brasília (DF), 2 de fevereiro de 2005.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o voto do Relator, com abstenção da Conselheira Marília Ancona-Lopez.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 2005.

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Presidente

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Vice-Presidente